

R
E
S
O
L
U
Ç
Õ
E
S

1.^A

**CONFERÊNCIA
NACIONAL**



**UNIDADE
COMUNISTA**

JANEIRO DE 1980

PREÇO 20\$00

INTRODUÇÃO

O principal objectivo da Conferência Nacional da «Unidade Comunista» consistia na realização dum balanço sério, aprofundado e autocrítico, cujas lições armassem o conjunto dos militantes para realizar uma viragem na actividade da organização no sentido de inverter as perigosas tendências negativas que se vinham manifestando e retomar com nova combatividade as tarefas que a cisão do PCP(R) impôs, particularmente a reunificação dos comunistas e a definição de um novo rumo para os comunistas portugueses.

A Conferência Nacional, apesar das suas limitações, motivadas principalmente pelo atraso com que se realizou, o que implicou um retardamento na definição política da organização e a impossibilidade de uma síntese coerente da experiência colectiva, conseguiu dar um importante salto em frente em relação à situação negativa que se vivia anteriormente. Esta mudança assentou fundamentalmente na crítica severa aos erros cometidos em especial pela Direcção Nacional (Provisória) e numa autocrítica que não se limita à actividade de sete meses de organização autónoma, mas que se prolonga inclusivamente à luta interna no PCP(R).

Com as condições favoráveis criadas com a realização da Conferência Nacional impõe-se que sob o impulso da nova direcção agora eleita, novos e importantes passos sejam dados no sentido da transformação em actos da autocrítica feita, principalmente no que respeita à actividade de massas, a qual tem de ser a base da organização, e no que respeita também aos esforços que permitam ir elaborando uma linha política coerente que seja a base do novo rumo anti-grupista, que se impõe ao movimento comunista português de forma a que ocupe o lugar de destaque que lhe cabe na cena política nacional.

a) CORRIGIR OS ERROS COMETIDOS EM TRÊS DIRECÇÕES FUNDAMENTAIS

A Conferência Nacional assinala que tomando como ponto de partida, a experiência destes meses da nossa organização, cujos aspectos negativos surgiram claramente à luz do dia com os indicadores fornecidos pelos resultados eleitorais, é forçoso concluir que foram cometidos erros de análise, que fomos tomados por uma série de hesitações e oscilações e ainda que não se recolheram quaisquer frutos aonde seria mais provável esperá-los — a luta por uma política revolucionária de milhões.

Uma situação como esta implica para qualquer partido ou organização revolucionária, e muito mais para uma organização comunista, uma análise séria e detalhada das raízes de tais fenómenos negativos. Porque é que a DN não apreendeu em toda a sua dimensão a radicalização à esquerda existente no movimento popular, admitindo como inevitável a redução do já débil espaço político da esquerda revolucionária? Porque é que a DN confundiu a crise das organizações pequeno-burguesas reformistas (MES) e a também real crise do revolucionarismo sectário, incapaz de ocupar e consolidar o espaço político existente, com a crise do próprio movimento revolucionário? Porque é

que a nossa acção dentro e fora da UDP esteve marcada pelo vaivém e pela oscilação constante? Porque fomos incapazes de lançar um movimento de massas vindo da base que pusesse em marcha uma política nova diferenciada do revolucionarismo e sem concessões ao reformismo? Tudo isto são perguntas que exigem respostas e que implicam uma análise mais profunda e multilateral do que a que fizemos até hoje sobre três problemas fundamentais, a saber:

— *Análise da situação objectiva*: revelou-se imprescindível a demarcação com concepções de direita existentes no seio da esquerda revolucionária que negam o período contraditório e em constante mutação da crise do capitalismo português, que tomam o refluxo do movimento operário e as suas derrotas sucessivas perante a ofensiva reaccionária como o único dado da situação actual. Tais posições mesclaram-se nas nossas próprias análises e são bem marcantes na omissão que fizemos da radicalização da consciência das massas e da grande deslocação de largos sectores populares mais para a esquerda. É assim que para nós a descida da UDP é segura como uma tendência objectiva (ainda que acentuada pela política subjectiva errada dos seus dirigentes). Não vimos que o eleitorado mais à esquerda ia resistir à força do refluxo e à crise das organizações deste campo, por via dum forte contra-corrente que surge da própria crise do capitalismo português. Contra-corrente essa que permite a permanência na consciência das massas da experiência adquirida durante a crise revolucionária e acentua a clarificação dos campos da reacção e do progresso e a obrigatória definição que os diversos partidos têm de fazer, na prática, perante tais campos. É preciso por isso sublinhar que a nossa análise da situação objectiva era unilateral e tendia a obscurecer alguns dos dados da situação política portuguesa.

— *Reanálise da luta interna e da cisão*: revelou-se necessário procurar as nossas limitações actuais, particularmente no que diz respeito à colocação em marcha das perspectivas que deram um verdadeiro alcance à luta no PCP(R) — aquelas que estavam intimamente ligadas à luta de massas — no próprio processo de luta interna e de divisão do PCP(R). Uma série de ideias e práticas existentes na «UC» a começar pela direcção têm impedido a vocação inicial da organização: a tendência para o abandono da acção política de massas, a tendência para abrandar a luta ideológica, a tendência para a adaptação reformista ao refluxo, etc., são tendências que sem terem uma fisionomia clara e bem definida, têm estado mescladas com as ideias revolucionárias fundamentais da oposição do PCP(R) e que a não serem combatidas tomarão mesmo o seu lugar. No fim de contas o que está acontecendo é que as limitações e as distorções da luta no PCP(R) provocaram vazios importantes que foram ocupados por posições pequeno-burguesas que nem no PCP(R) nem fora dele foram combatidas. Posições essas que estão na origem de muitos dos erros cometidos.

É preciso portanto dizer que a cisão prematura, as distorções provocadas por uma luta marcada pelo grupismo, as limitações políticas geradas pelo bloqueamento dos indicadores de classe e de Partido, que só podem existir através dum funcionamento harmonioso do centralismo democrático, selaram também a oposição no PCP(R). Na política a oposição tendeu a ser unilateral, a sobrestimar o refluxo, a não ver o duplo aspecto da crise partidária, a abandonar o combate às manifestações de direita realmente existentes no PCP(R) e a permitir dessa forma que, paulatinamente, manifestações pequeno-burguesas se alojassem no dorso daqueles que combatiam justamente a via grupista pequeno-burguesa dominante. Nos métodos a oposição não soube ser consequente com a negação que fazia dum luta sem quartel, de natureza antagónica. Lutávamos por uma política de Partido, com métodos leninistas, mas deixámo-nos empurrar para métodos de luta antagónica que a maioria oportunista utilizava.

Sobrepuseram-se assim duas correntes que as contingências da luta e os erros da oposição não permitiram separar e que ainda estão hoje por separar. Fazer a sua separação de forma proletária, ou seja, fazendo um combate sereno e metódico a essas manifestações e fazendo auto-crítica é uma tarefa que está na ordem do dia se nos queremos elevar à luta pela reunificação dos comunistas num partido único.

— *Reanálise do problema da reunificação dos comunistas*: revelou-se com maior clareza ainda que a tarefa principal da «UC» é a reunificação dos comunistas e que a luta

pela reunificação das parcelas divididas do movimento comunista português é o elo principal que permite dar consequência fundamental ao trabalho político de massas.

A experiência dos meses que se seguiram à cisão, os aspectos positivos e em especial os negativos que se foram revelando na «UC», as «evoluções» políticas que sofreu o PCP(R) no sentido da adopção de muitas das propostas políticas que tinham sido feitas pela oposição no decorrer da luta interna e finalmente os indicadores que se extraem dos resultados eleitorais, demonstram em conjunto a necessidade de corrigir pontos de vista no nosso seio que podem ter consequências graves. É necessário verificar que muitas das dificuldades da «UC» foram derivadas ao muito insuficiente peso operário nas suas fileiras, que ficou na sua maior parte no PCP(R); por outro lado devemos verificar que se bem que o núcleo dirigente fundamental do PCP(R) esteja imbuído até à medula dos ossos por concepções sectárias e dogmáticas, o que é certo é que no terreno político prático o que sucede é que são obrigados a adoptarem propostas de sentido positivo, devido exactamente à influência dos seus sectores operários mais conscientes e aos vínculos com as massas, que não se compadecem com os devaneios radicais. Isto demonstra que o oportunismo dos dirigentes ainda não foi suficiente para levar o PCP(R) para um caminho de imediata e completa degenerescência ao contrário daquilo que pensávamos imediatamente após a cisão; mas confirma também que apesar das descaradas viragens oportunistas do CC que aparentemente seriam suficientes para levarem ao desmascaramento das suas posições anteriores o que é certo é que não existem indícios dum alteração qualitativa da postura do PCP(R) perante a unidade dos comunistas e daí portanto a necessidade dum actividade comunista autónoma apontada no sentido do rompimento inequívoco com o sectarismo.

Em conclusão, devemos rejeitar as posições que politicamente identificam o PCP(R) com o PCP, sendo necessário unicamente retirar os militantes para fora da organização; é possível que em conjunto com a nossa actividade política e ideológica consequente por fora, tentar libertar as forças que estão vivas dentro do PCP(R) para submergir o oportunismo de alguns e colocar na ordem do dia a reunificação dos comunistas no mesmo Partido.

b) OS FACTOS CONFIRMARAM, MAS TAMBÉM DESMENTIRAM AS NOSSAS APRECIACÕES

A nossa experiência permite concluir da justeza de um conjunto essencial de proposições políticas da «Unidade Comunista», mas revela também desacertos que a não serem rápida e decididamente corrigidos podem trazer sérios prejuízos à organização.

Confirmou-se o essencial das posições políticas tácticas da «UC». Verificou-se desfavorável a realização de eleições intercalares num momento em que a direita vinha reforçando as suas posições com a governação de Mota Pinto. Os factos revelaram que o executivo Pintasilgo enfraquecia o bloco burguês mais reaccionário — que na verdade ressaltou como inimigo principal — e que a confrontação desse governo com exigências democráticas vivamente permitiria acumular forças (veja-se o resultado vitorioso da um conjunto de lutas) e acentuar o enfraquecimento da direita.

Revelaram-se ainda inteiramente acertadas as três bandeiras de luta fundamentais que nortearam o combate da oposição na UDP; a necessidade de adoptar uma política realmente de massas; a necessidade de conseguir um compromisso de unidade interna (baseado no respeito pelas opiniões minoritárias e no cumprimento dos Estatutos) de forma a permitir que a UDP enfrentasse com coesão as eleições; a necessidade de vincular mais fortemente a UDP ao movimento para a Unidade Popular, procurando alcançar uma candidatura unitária, o mais ampla possível.

Revelou-se ainda inteiramente acertada a iniciativa da Declaração de 3 de Agosto que — possuindo diversas manifestações de direita praticamente inevitáveis dada a pró-

pra fraqueza das forças mais consequentes no seu seio — constituía, apesar de tudo, um notável instrumento político unitário que abria perspectivas para um entendimento da esquerda revolucionária. Também essencialmente acertada, apesar de negativamente marcada de vacilações e falta de consequência, foi a posição final da «UC» ao decidir apoiar criticamente a UDP, uma vez que esta representava a parcela do movimento de unidade revolucionária presente nas intercalares.

Mas a nossa experiência revelou igualmente sérias insuficiências e erros na actualização da Direcção Nacional e do conjunto da organização.

Os resultados eleitorais desmentiram as previsões de descida da votação na UDP. Previsões que, embora nunca tivessem sido explicitamente prognosticadas, estavam subjacentes ao conjunto de debates da Direcção. A Direcção não apreendeu em todo o seu alcance o deslocamento objectivo das massas para a esquerda. Limitou-se a prever a subida da APU e a descida do PS. Ressalta pois um traço de direita nesta percepção, uma vez que se acreditava que o «voto útil» levaria mesmo à redução do eleitorado revolucionário.

Ao lado desta incompreensão de direita dos fenómenos objectivos (e em íntima relação com ela) a Direcção atribuiu um estado de definhamento à UDP superior às suas reais debilidades. Não nos apercebemos das suas efectivas potencialidades, confundimos progressivamente (embora resistindo a isso) a crise da UDP — motivada fundamentalmente pela impotência que advém duma linha política sectária e vanguardista —, com a crise de desagregação de outras forças como o MES — motivada principalmente pela desorientação ideológica e pela pressão reformista num período de refluxo junto a sectores pequeno burgueses radicais.

Como resultado desta deformação, a condução da luta interna na UDP foi igualmente marcada, progressiva mas não linearmente, de uma radicalização artificial em que se procurou compensar a falta de iniciativa «em baixo» com respostas cada vez mais radicais «em cima». Porque não demos o devido valor à componente operária e popular que ainda sustentava a UDP (apesar da sua redução evidente), deixámo-nos contaminar pela impaciência estudantil, não actuámos com a suficiente persistência junto das organizações de base. Acima de tudo, não compreendemos ou não nos quisemos dar ao trabalho de compreender, que a luta de ideias na UDP tinha de ser obrigatoriamente vinculada à acção concreta. A Direcção não lutou consequentemente para que, nas regiões, zonas e locais maioritariamente influenciados pela oposição se levantasse o trabalho da UDP, e se aplicassem as nossas orientações políticas. Naturalmente, o resultado tinha que ser o progressivo desligamento das referências de massas, do pulsar da base e a crescente degeneração de um combate politicamente necessário, numa rivalidade profundamente marcada pelo grupismo.

No processo de deterioração deste combate, a Direcção Nacional tornou-se progressivamente permeável às posições de sectores pequeno burgueses da esquerda revolucionária. Não houve uma luta séria pela transformação da Declaração de 3 de Agosto em acções de massas. Aprofundou-se o corte entre a organização e o movimento «por baixo». Ao longo das negociações para a candidatura unitária não se combateu com o suficiente vigor o manobrismo oportunista do MES I que visava impossibilitar o acordo eleitoral.

A decisão final da Direcção em apoiar criticamente a candidatura da UDP não foi suficientemente firme e fundamentada. Sobrevalorizou-se o grupismo pequeno burguês do PCP(R) que conduziu objectivamente ao corte das negociações e menosprezou-se a corrente reformista em debandada do MES que sempre actuou nesse sentido. Em consequência o apoio à UDP não foi entusiasta, mas moderado. A imprensa de massas manifestou uma neutralidade comprometida, em vez de um comprometimento distanciado na candidatura. Não se compreendeu que o voto na UDP, conquanto pudesse reforçar a curto prazo a arrogância sectária do PCP(R), era um voto estrategicamente revolucionário, um contributo para manter vínculos de massas na esquerda revolucionária; vínculos que constituem, afinal, uma das garantias mais sólidas contra o grupismo pequeno burguês reformista ou revolucionarista.

c) LIÇÕES POLÍTICAS DOS RESULTADOS ELEITORAIS DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA EM GERAL E DA UDP EM PARTICULAR

Podem arrumar-se em 3 grandes capítulos os principais ensinamentos dos resultados eleitorais no que diz respeito à esquerda revolucionária, a saber:

A votação na esquerda revolucionária tomada no seu conjunto baixou percentualmente (de 4,2% para 3,9%), mantendo contudo o seu valor absoluto (que subiu 6401 votos). Se se tiver em conta a insistência verificada nos apelos ao voto útil, por parte inclusivamente de dirigentes desta área, constata-se de que o sentido essencial destes resultados e de que *o eleitorado mais à esquerda resistiu à força do refluxo e à crise das organizações deste campo.*

A não ampliação do eleitorado revolucionário e a ampliação reduzida da UDP (que se destacou como força central desta área) revela que *a esquerda revolucionária não esteve à altura de corresponder à deslocação objectiva do eleitorado para a esquerda*, deslocação que fica patente na subida da APU e na manutenção objectiva da área revolucionária referida no ponto anterior. Os resultados das eleições autárquicas, claramente negativos em relação às eleições de 1976, confirmam que existe um desajustamento entre o espaço político surgido da evolução da situação objectiva — que empurra para uma radicalização progressiva largos sectores das massas influenciadas anteriormente pelas forças reformistas —, e a linha política que tem vingado na UDP/PCP(R), — claramente sectária e vanguardista que não dá lugar a consolidar sequer as massas mais avançadas, tornando-as em cada momento permeáveis à demagogia reformista do voto útil.

Confirma-se portanto a justeza de batalhar para a adopção pela esquerda revolucionária de uma política mais ampla, mas em sintonia com o momento político e mais hábil perante os partidos reformistas. Além disso no caso da UDP, tudo leva a crer que a obtenção, em tempo útil do compromisso interno entre a maioria e a oposição teria possibilitado resultados muito mais favoráveis para o reforço do campo revolucionário, mesmo não existindo candidatura unitária.

A votação na UDP, no quadro das condições extremamente desfavoráveis que rodearam a sua candidatura, revelou que *o essencial das energias populares e operárias para superar as actuais dificuldades da esquerda revolucionária se encontram não no exterior da UDP mas nela própria: nos seus activistas, aderentes e eleitores.*

Desmente-se assim a apreciação que começou a ganhar corpo no interior da «UC» de que a UDP estava a ficar esgotada e a entrar numa crise irreversível. Na verdade a crise da UDP, se provocada pela política radical do PCP(R) era agravada pela sua desvinculação da acção de massas e a sua crescente erosão em debates internos fora do terreno político de massas. Os factos mostraram que, apesar da política desajustada da maioria da sua Direcção, a UDP conseguiu fazer valer o seu passado de luta revolucionária agrupando um sector significativo do eleitorado.

A DIVISÃO DO PCP(R) E A LUTA PELA REUNIFICAÇÃO DOS COMUNISTAS

1. O ALCANCE DA LUTA INTERNA NO PCP(R)

A Conferência Nacional da «Unidade Comunista» fazendo a apreciação global dos aspectos positivos e negativos da luta travada pela oposição à maioria do CC do PCP(R) sublinha inequivocamente que o sentido das posições defendidas nos vários terrenos em confronto, — ideológico, político e organizativo — tem um profundo alcance comunista e são parte integrante da luta entre o marxismo-leninismo e o radicalismo grupista que sempre dominou as forças comunistas após o corte com o revisionismo.

A essência da crise que atravessava o PCP(R) estava na incapacidade de disputar a condução do movimento operário e popular à influência revisionista. Daí advinha naturalmente a redução crescente dos vínculos sérios com a luta popular, expressados na fraca implantação nas empresas e sindicatos e por tabela a impotência da direcção política e o amolecimento pequeno-burguês que reduzia drasticamente a combatividade revolucionária em todos os escalões, do CC até à base. Só sectários empedernidos como alguns membros influentes do CC e outros, podem escamotear que é neste problema, aliás típico dos Partidos Comunistas jovens, que estava a incapacidade de o PCP(R) realizar uma autêntica acumulação revolucionária de forças num período de ofensiva burguesa. Portanto revelou-se completamente acertada a luta travada por importantes sectores partidários contra o sectarismo asfíxiante e o radicalismo grupista que destruía os laços entre a vanguarda e as largas massas, confundindo perspectivas revolucionárias com alternativas mobilizadoras, renegando estas com a justificação de que não eram senão política reformista.

Foi a partir da abordagem aprofundada da linha de massas do PCP(R), que começou a ganhar importância a generalização da luta a outros níveis da actividade partidária, uma vez que a resposta da maioria do CC revelou extremas incompreensões sobre a concepção leninista de Partido e as relações internacionalistas que são típicas dos Partidos Comunistas.

A questão da concepção de Partido já estava há muito a ser colocada, se bem que numa forma empírica, — mas não menos reveladora, — quando se denotava a crescente separação entre a direcção e a base, que impedia que a voz crítica das células mais ligadas à luta operária e dos quadros proletários, chegassem à direcção. Os métodos caciquistas dominantes reduziam a um proforma a síntese da experiência do colectivo partidário e dificultavam ao extremo a introdução das correcções necessárias na política do Partido, de forma a que se deixasse de sentir que as directivas superiores levavam ao isolamento das células perante as massas, o que provocou, frequentemente o seu abandono por parte de muitas delas.

A agudização da luta interna também se encarregou de demonstrar que muitos erros cometidos no passado de abafamento da luta ideológica e de tratamento sectário de divergências, além de se consolidar como linha geral, atingiu mesmo uma nova fase com a identificação, tipicamente burocrática e revisionista, de divergências entre posições essencialmente revolucionárias com contradições antagónicas. Daí que se passasse a identificar discordâncias com «outra linha» que era necessário sanear e depurar. Também se consolidou a interpretação burocrática acerca do centralismo democrático: quando se impunha o alargamento do debate a todo o colectivo partidário como um método correcto e necessário de confrontar posições com a experiência dos militantes, impedindo a agudização artificial das divergências; em vez disto optou-se pelo método de transportar unicamente as divergências para a base quando se considerou que já tinha havido o suficiente trabalho de sapa, de maneira a que as posições maioritárias tivessem garantias seguras de vitória.

Ao fim e ao cabo a concepção de Partido, contra a qual foi lançada o gume da luta da oposição, não é mais do que o escamoteamento da lei da dialéctica que vê a

contradição como universal e a unidade como temporária e opta na difícil resolução deste problema pela exclusão administrativa e portanto burocrática das contradições e da democracia no interior do Partido.

Muito menor foi o espaço que teve na polémica no interior do PCP(R), as divergências respeitantes ao MCI, apesar da sua importância qualitativa e de em cada questão, noutro domínio que era abordada, estas estarem permanentemente presentes uma vez que foi contínua, marcante e negativa a influência de alguns partidos na luta interna. A entrada na ordem do dia da apreciação do papel de Mao Tsé-Tung, no movimento comunista e as respostas divergentes que sobre tal foram dadas, pela maioria e a oposição foi a manifestação mais relevante de duas formas radicalmente distintas de considerar a relação correcta entre o movimento comunista português e o movimento comunista internacional. Neste domínio foi completamente acertada a luta travada pela oposição quando fazia ressaltar as grandes dificuldades surgidas aos comunistas com a degenerescência da URSS, primeiro e da China depois e o predomínio de concepções ridículas sobre as «vitórias constantes do socialismo» e das em geral fraquíssimas organizações comunistas a nível mundial; quando fazia ressaltar a necessidade do PCP(R) não embarcar em posições já estigmatizadas há muito sobre relações chauvinistas do tipo partido-pai, partido-filho que levava a que fossem adoptadas certas posições de outros partidos sem que houvesse fundamentação séria para tal. Tais posições nada têm de chauvinismo ou de separação com o MCI, mas pelo contrário significam o retomar de justas tradições do tempo de Lenin em que se praticava o método da crítica aberta a quem e quando se achasse oportuno sem que tal enfraquecesse os laços internacionalistas.

Em conclusão o debate ideológico e político travado pela oposição e fundamentalmente pela minoria tem um importante alcance que no fundo abarca algumas das questões fundamentais que separam o grupismo das concepções qualitativamente distintas, que são características dum autêntico Partido Comunista, efectiva vanguarda do proletariado português, integrado numa luta de feição internacionalista.

2. AS LIMITAÇÕES E DISTORÇÕES DE LUTA INTERNA

A Conferência Nacional além de constatar o sentido justo e positivo que tiveram as posições políticas da oposição friza que, paralelamente impõe-se um balanço metódico, crítico e autocrítico dos aspectos negativos que contribuíram para que elas tivessem sido derrotadas, se chegasse a uma divisão prematura do PCP(R) e se compreenda grande parte das dificuldades e erros que a «Unidade Comunista» tem tido ao longo destes sete meses de organização autónoma.

A detecção da origem da crise partidária na manutenção de uma linha política essencialmente grupista, caracterizada pelo sectarismo, era o aspecto decisivo principal das dificuldades do PCP(R) e era contra ela que se deviam concentrar os esforços fundamentais da luta interna. Contudo na luta travada pela oposição não foi devidamente marcado o combate a outro tipo de desvio, que a pouco e pouco e à sombra da relutância em relação ao sectarismo vanguardista, começou a ganhar relevo. Eram as manifestações de direita no plano político, sintoma da adaptação passiva, pequeno-burguesa ao refluxo. Além disso essas manifestações não se limitaram ao terreno da prática política; complementaram-se ademais no surgimento de tendências liberalizantes, dissolventes do centralismo democrático em oposição ao burocratismo e cúpulismo dos organismos dirigentes; ganharam base ideológica séria na forma de encarar os complexos problemas que se põem ao MCI, tendo perante estes uma resposta que optava pela negação total dos referenciais que lhe estão na origem caindo assim num vazio, detonador dum profundo desânimo e cepticismo, como se fosse essa a forma proletária e científica de combater a irresponsabilidade e dogmatismo da direcção, que optava pelo caminho simplista de seguir rigorosamente e acriticamente os últimos ditames do PTA ou do PC do B.

Assim, dentro do PCP(R), a pouco e pouco, mas numa forma constante e crescente foram ganhando relevo manifestações direitistas e dissolventes. Estas proliferaram alimentadas nos erros da via grupista dominante e ganharam alguma projecção, uma vez que tinham para o seu desenvolvimento condições objectivas propícias, motivadas pela

realidade nacional — refluxo e derrotas sucessivas do movimento popular — e internacional — crise do MCI, aonde dominam concepções idealistas.

Portanto havia dois aspectos indissolúveis no combate pela superação da crise do PCP(R), de forma a encaminhá-lo na via da sua afirmação como um grande Partido de acção de massas, guiado pela teoria do socialismo científico que rejeita o dogmatismo de quem é incapaz de se adaptar revolucionariamente aos fenómenos contemporâneos.

Em primeiro lugar, como aspecto fundamental desse combate era necessário derrotar as concepções que dominavam no CC, uma vez que estas levavam o Partido para o grupismo e sectarismo impotentes, para a substituição dos desejos por realidades, para o afastamento das massas influenciadas pelo reformismo; e ainda mais, para a separação com a própria vanguarda que abraçando desde o processo revolucionário posições anti-reformistas, desmoralizava perante a incapacidade de ganhar crescentes sectores da classe operária e trabalhadores explorados. Era voltando o gume da luta contra estas concepções que se tirava o terreno às manifestações oportunistas de sinal contrário.

Em seguida, portanto, não devíamos de forma nenhuma subestimar a demarcação entre a crítica revolucionária ao grupismo e a crítica de direita que possuía fortes elementos de conciliação com a avalanche reformista.

A Conferência Nacional da «Unidade Comunista» considera que foi um grave erro ter permitido que estes dois movimentos se confundissem e os seus contornos, distintos, não ressaltassem com a suficiente clareza ao conjunto dos militantes do PCP(R). E mais, considera que tal é devido à insuficiente consolidação das concepções hegemónicas na oposição, sintoma da sua falta de amadurecimento.

É assim que a via aparentemente mais fácil da «frente única contra o grupismo», sem demarcação de posições, foi uma das causas importantes para a derrota das posições da oposição. Tal «frente» levou a oposição a ser confundida no seu conjunto com direitistas que, na realidade, dela faziam parte — veja-se por exemplo as demissões em seguida à cisão de muitos elementos extremamente influentes na luta interna. Além disso a coexistência de posições distintas na oposição sem a devida e necessária demarcação levou inclusivamente à influência de ideias com fragmentos de direita na nossa organização, visíveis na apreciação feita da tendência à restrição do campo revolucionário em favor do reformismo, na posição de radicalismo grupista perante a UDP e de conciliação com a pequena-burguesia radical em crise.

A Conferência Nacional considera que não se pode subestimar o fundo ideológico dos erros cometidos na polémica, sob pena de hoje não conseguirmos travar a avalanche de manifestações direitistas e pequeno-burguesas que têm invadido a nossa organização e inverter a situação num sentido intimamente ligado àquilo que de novo, positivo e revolucionário se revelou com as posições da oposição à maioria do CC.

É forçoso reconhecer que a ausência de uma demarcação clara com manifestações pequeno-burguesas levou a que muitas destas transpirassem para o conjunto da oposição, reflectindo-se em duas direcções fundamentais. A primeira foi a substituição da necessidade de ganhar efectivamente a maioria do Partido para posições correctas, o que originou um enfraquecimento perigoso dos referenciais de Partido e uma atitude mesquinha e destrutiva sobre a unidade do Partido e sobre as dificuldades que foi necessário superar após doze anos de grupismo. A segunda e estritamente vinculada com a anterior foi a incompreensão das razões que levaram a que a luta contra o sectarismo, apesar de corresponder à vida e ao sentimento generalizado do Partido, não ter conseguido ganhar o apoio de muitos camaradas que estavam permeáveis a tais posições; isto porque não se tomou em consideração que a resposta de muitos camaradas honestos, mas marcados pelo espírito sectário, que se apercebiam empiricamente de manifestações direitistas que cresciam no PCP(R), era resistir a inclinar-se para a luta contra o vanguardismo radicalista, uma vez que não tinham a consciência comunista suficiente para o verem como o principal responsável de tal situação. E ainda mais se não vissem que a oposição traçava uma fronteira permanente em relação às manifestações de direita mais visíveis.

São estas limitações e distorções, da forma como foi colocada e conduzida a luta interna que fez com que a minoria do CC não tivesse marcado a sua actuação numa forma permanentemente caracterizada pela maturidade comunista face aos desafios cisionistas da maioria do CC. Se tal tivesse acontecido, a oposição e fundamentalmente a minoria, teria mantido desde o início um rumo de actuação que incidiria na demonstração ao colectivo partidário que, em geral, ainda não existiam duas linhas antagónicas. Se bem que a manter-se a influência na maioria do CC, dos sectários empedernidos, tal situação pudesse ser atingida, o que é certo é que nas condições concretas de desenvolvimento da luta interna, encará-la dessa forma não era mais do que uma agudização artificial das divergências, típica do grupismo, expressada de forma brutal com os disparates da resolução da 8.ª RPCC.

A Conferência Nacional da «Unidade Comunista» declara que perante os desígnios cisionistas da maioria do CC era justo, necessário e prova de coragem comunista, a constituição duma fracção organizada que lutasse contra o oportunismo dominante. Mas também friza que a sua linha de rumo tinha de ser completamente demarcada de manifestações oportunistas e inequivocamente apontada contra a divisão do Partido, ao contrário daquilo que em geral aconteceu — a resposta taco-a-taco.

Impunha-se a procura de compromissos necessários e de princípio, para salvar a unidade do Partido e o acompanhamento atento da experiência do conjunto dos militantes. Em vez disso, aquilo que caracterizou a actuação da minoria foi o procurar a tal «linha» que lhe era atribuída, completamente distinta e demarcada em todos os aspectos da linha da maioria do CC. Caiu-se assim inevitavelmente no espírito de círculo, no desligamento do conjunto dos militantes e no teorismo desgarrado dos problemas reais. Uma actuação correcta na luta interna nada tem a ver contudo com posições que defendiam que se deixasse de exprimir permanentemente aquilo que pensávamos, pois tal atitude faz parte duma formação comunista honesta e vertical, que não se compadece com a atitude falsa de esconder as posições que se possuem.

Em conclusão, uma atitude claramente autocrítica que se nos exige actualmente leva-nos a reconhecer que na luta interna à sombra da justa luta contra o cisionismo da maioria do CC, proliferou o obscurecimento da importância da unidade do Partido. Mas esta afirmação em lugar de ser uma contemporização com o cisionismo e as responsabilidades fundamentais da maioria do CC por ter conduzido, com os seus métodos burocráticos e destrutivos, à divisão dos comunistas, é antes pelo contrário a autocrítica necessária que nos dá mais autoridade do que nunca para o prosseguimento da luta contra o seu oportunismo e para erguermos a bandeira da reunificação dos comunistas.

3. A COEXISTÊNCIA DE DOIS MOVIMENTOS NO III CONGRESSO DO PCP(R)

A Conferência Nacional da «Unidade Comunista» considera que a linha de actuação que conduziu à reunificação dos comunistas deve ter como base a constatação que no interior do PCP(R) se revela a existência de dois movimentos distintos e contraditórios que tendem a chocar-se no futuro se a nossa organização fundamentar a sua actuação numa justa política de princípios e de acção de massas.

Por um lado existe uma corrente classista, essencialmente vinda da base, mas existente em todos os escalões, que mantém vínculos importantes com sectores importantes da vanguarda operária, que tem realizado uma certa aprendizagem e pugna não pela adaptação oportunista à política da oposição (que hoje está fora do PCP(R)) mas sim pela adaptação da política de massas às necessidades do movimento. É uma corrente que não tem fronteiras muito definidas, que tem altos e baixos e se costuma expressar pela crítica à actuação impotente e letárgica da Direcção. A sua principal deficiência parece ser a de não conseguir ainda projectar as suas críticas à actividade do anterior CC, na crítica às concepções políticas que originaram e que determinaram a condução grupista e cisionista da luta interna. Porém, esta corrente, nas condições de dominação quase absoluta dum punhado de dirigentes oportunistas que deformam por completo a concepção leninista de Partido e se apegam com toda a energia ao seguimento internacional, só pode vir a desenvolver-se e a amadurecer na medida em que a «UC» praticar uma justa política de unificação e de aplicação prática duma política de massas revolucionária. Desde que o instinto classista deste movimento ainda pouco

coerente ganhe consciência do seu papel é possível e palpável a unificação das forças proletárias do PCP(R) e da «UC».

Por outro lado existe no PCP(R) uma corrente oportunista que o domina, agressivamente anti-unificação, fortemente enfeudada ao seguidismo internacional, profundamente dogmática na concepção de Partido, vanguardista e sectária na tática, capaz de fazer os piores malabarismos e adaptações oportunistas para se manter à frente do Partido. Esta corrente, eclética devido à sua vocação de cata-vento, promove constantemente novas guinadas na política do PCP(R) — que o movimento classista vindo de baixo apoia na consciência de se adaptar à vida — visando apenas moldar-se à pressão da base e assim se manter na crista da onda. Rebola-se nos princípios, toma postura de camaleão e tudo fará para impedir a aproximação connosco e o balanço auto-crítico mútuo. Pode e deve ser isolada no próprio processo de luta pela unificação impulsivada pela «UC», de aproximação com o movimento classista que existe no PCP(R). Desde que saibamos conduzir uma acertada política, que simultaneamente afirme os nossos pontos de vista e a nossa política de massas e provoque a aproximação e entendimento político e prático é previsível o isolamento da corrente oportunista dominante no PCP(R).

É preciso tirar conclusões actualizadas do facto de a divisão do PCP(R) ter sido mal feita tanto do ponto de vista partidário como político, havendo na maioria e na oposição várias posições entrelaçadas e embrulhadas que o processo distorcido e grupista da luta interna não só não permitiu separar como não permitiu agrupar a esmagadora maioria das forças vivas do Partido contra o grupismo sectário e as manifestações pequeno-burguesas de direita. Este reconhecimento mais maduro sobre a divisão do PCP(R) implica um combate imediato à auto-suficiência e à intolerância para com o amadurecimento das forças sãs do PCP(R), implica a procura completa das raízes dos erros de que agora fazemos auto-crítica e implica finalmente a afirmação constante dos nossos pontos de vista essenciais que continuam a demarcar duas correntes fundamentais no movimento comunista português: o oportunismo grupista e a política de Partido, intimamente vinculada com as massas, leninista na concepção de Partido e buscando um método materialista dialéctico para analisar as questões internacionais.

4. MANTER E DESENVOLVER O PATRIMÓNIO POSITIVO DA LUTA INTERNA — O QUE SEPARA A «UC» DO PCP(R)

A Conferência Nacional da «Unidade Comunista» considera que a actual fase de desenvolvimento do movimento comunista português, pesem todas as suas fraquezas e a sua divisão, é parte integrante duma separação cada vez mais fundamentada e madura com os conceitos grupistas até agora dominantes. Mais, faz parte duma tentativa de progresso revolucionário do marxismo-leninismo que está longe de se limitar às fronteiras nacionais, pois tem projecção internacional. Neste sentido a Conferência Nacional friza que de forma nenhuma se pode abandonar na via da reunificação as justas conclusões que foram bandeira da oposição; pelo contrário, reconhecendo a sua falta de amadurecimento e em geral não estarem transformadas em alternativas deve-se empregar todos os esforços possíveis para as tentar desenvolver até ganharem um carácter científico.

Assim devemos considerar como manifestações extremamente negativas, aquelas que apesar de animadas de excelentes intenções encaram a reunificação dos comunistas como uma mera soma física das organizações e dos militantes neste momento separados abstrahindo-se da realidade que demonstra que a reunificação é em primeiro lugar um salto em frente no corte com o grupismo. Que não se pode de maneira nenhuma realizar com conciliação de concepções distintas, mas unicamente com demarcação de posições e com golpes sérios no sectarismo e dogmatismo.

Estas manifestações de unitarismo sem princípios não são mais do que o reverso da moeda das influências sectárias que desprezam a necessidade da reunificação.

Quando se abre uma nova fase da luta da nossa organização pela reunificação dos comunistas, marcada pela autocrítica de erros anteriores e pela vontade combativa de transformar em actos as posições políticas correctas, devemos reafirmar quais as divergências que nos separam do PCP(R) para que todos os militantes homogenizem as suas ideias e práticas na luta conjunta pela vitória sobre concepções oportunistas.

Em primeiro lugar no que respeita à política de massas, defendemos a obrigatoriedade de corrigir o vanguardismo grupista com a adopção de uma tática assente na correlação de forças e apontada na perspectiva da reabertura da crise. Sustentamos que, a não ser feito isso, o PCP(R) degenerará irremediavelmente no grupismo, à medida que a própria realidade vá exigindo maior maleabilidade e percepção do nível de maturação de consciência das massas e da correlação de forças.

Em segundo lugar no que respeita à concepção de Partido, recusamos inexoravelmente submeter-nos ao burocratismo anti-leninista que recusa a liberdade de crítica como base da unidade na acção. Defendemos a adopção prudente dos antigos procedimentos leninistas visando permitir a circulação de ideias no interior do Partido, na base do escrupuloso respeito pela Direcção e a vontade da maioria. Recusamos a prática de taxar posições novas antes mesmo de as analisar, repudiamos a progressiva degeneração do marxismo-leninismo e do Partido numa religião católica e numa agremiação maçónica. Contrariamos frontalmente a propagação da ideia de que a auto-crítica deve ser feita com sentido de «oportunidade»; conceito que visa afirmar a pretensa infabilidade dos dirigentes.

Em terceiro lugar, no que respeita ao MCI, defendemos que a luta de carácter internacionalista que conduzem muitos Partidos e organizações deve estar cada vez mais estritamente ligada e coordenada, que cada destacamento do MCI deve ter o direito e o dever de exprimir inequivocamente as suas posições sobre a política e a prática de outros, mas que tais atitudes devem assentar no escrupuloso respeito pelas estruturas democraticamente eleitas de cada organização e pelas posições dos seus militantes. Sustentamos ainda a necessidade de reconhecer a existência de uma crise da elaboração do pensamento teórico marxista-leninista. Divergimos profundamente da crítica demolidora feita a Mao com base em frases retiradas daqui e dali, sem uma análise da experiência concreta da revolução chinesa, sem a apreciação simultânea da época de Staline e das causas da degenerescência soviética. Divergimos do «bluff» com que se encobre a real debilidade do MCI e da política de encobrimento do grupismo de grande parte dos grupos comunistas a que se dá o nome pomposo de «representantes de vanguarda da classe operária» dos seus países.

Sustentamos que a manutenção dessa política levará o MCI a um beco sem saída. Contudo, tendo em conta que a discussão dos problemas internacionais está ainda no começo (e que, portanto, as nossas posições não correspondem ainda a alternativas positivas), consideramos possível e desejável a coexistência de ambas as tendências (que em consequência não são irreversíveis) no mesmo partido desde que se respeite a liberdade de discutir os fenómenos internacionais na base do acatamento das posições maioritárias.

Em quarto lugar, no que respeita à reunificação do Partido, condenamos firmemente o sectarismo do núcleo dirigente do PCP(R) que resiste obstinadamente a reconhecer a necessidade de proceder à reunificação das duas alas comunistas divididas, devido ao grupismo da «maioria» e também aos erros da oposição. Sustentamos que actualmente não existe um amadurecimento suficiente das divergências de forma a que seja lícito concluir da existência de duas linhas, que sancionem a existência de duas organizações, mas tão somente reconhecemos a existência de duas tendências dentro do movimento comunista português.

A Conferência considera assim um passo em frente para a edificação em novos moldes do Partido em Portugal, a reunificação dos comunistas no mesmo Partido em torno da proposta concreta de Congresso em quatro pontos apresentada neste documento. Tal Congresso não seria a simples recomposição física das forças do PCP(R), mas seria naturalmente um salto qualitativo na vida dos comunistas portugueses que resultaria desde já numa alteração significativa da sua prática política e num avanço do seu património ideológico.

5. O GRUPISMO DIVIDIU O PCP(R), A LUTA CONTRA O GRUPISMO REUNIFICARÁ OS COMUNISTAS

A Conferência Nacional da «Unidade Comunista» reafirma que a cisão no PCP(R) foi uma cisão prematura, imposta pelos seus dirigentes oportunistas, uma vez que ainda não se tinham configurado duas linhas antagónicas que impossibilitasse a sua coexistência dentro do mesmo Partido. Só a concepção burocrática de Partido dos dirigentes do PCP(R) e a sua subserviência em relação a partidos do MCI, impuseram uma cisão prematura, pouco amadurecida e evitável, sem que estivessem criadas as condições ideológicas e políticas para uma ruptura entre marxismo-leninismo e oportunismo.

Só o grupismo pode excluir duas correntes revolucionárias do mesmo partido, só o grupismo pode impedir uma discussão vinculada à experiência partidária e da luta de classes, só o grupismo pequeno burguês pôde distorcer a luta interna e impedir que as limitações políticas que esta teve à partida fossem ultrapassadas. Enquanto nós seguíamos a lei da dialéctica que vê a contradição como uma lei universal do desenvolvimento e a unidade como temporária, os burocráticos passaram a negá-lo, substituindo-a pela «universalidade» da unidade e a exclusão da contradição. E nestas condições a dinâmica grupista criada por uma luta sem tréguas, taca a taca, vem a marcar a própria oposição que se deixa arrastar para uma discussão progressivamente arredada dos referenciais de Partido e de classe, truncando as suas próprias posições, limitando-lhes a sua projecção no Partido, mesclando-a de vícios e concepções pequeno-burguesas.

Nestas condições a divisão ocorrida no PCP(R) é mal feita tanto do ponto de vista político como partidário. Assim enquanto os grupistas revolucionaristas, apoiando-se em sectores proletários ligados à vanguarda operária e adaptando-se de forma oportunista às posições políticas da oposição, enveredam pelo ecletismo oportunista, incapaz de resolver a sua crise e de reunificar os comunistas; a oposição revolucionária mergulhando nas limitações da própria luta no PCP(R), vai-se desligando dos referenciais de Partido e de classe, torna-se impotente para pôr o seu projecto político em marcha, vê a sua vontade subjectiva de avançar para um partido proletário de acção de massas truncada pelas próprias limitações e condições emergentes da luta interna do PCP(R) e paralisa momentaneamente a sua luta pela reunificação dos comunistas.

Numa palavra, hoje é preciso corrigir, com maiores dificuldades é certo, as limitações e distorções da luta no PCP(R) afirmando claramente o seu alcance insofismável. O que implica a afirmação constante do que separa a política de Partido da política do grupo do PCP(R) e a luta contínua contra os nossos próprios erros.

Por isso há que colocar a luta contra o grupismo e as ideias pequeno burguesas dentro de nós próprios, na ordem do dia. A reunificação só pode ser o resultado de uma luta simultânea contra o ecletismo do PCP(R) e as nossas próprias limitações e erros. Numa palavra ela só é possível desde que em consonância com o movimento objectivo, seja capaz de libertar as forças operárias de ambos os lados. Será a própria vida e a experimentação prática dum linha de massas verdadeiramente revolucionária que trará para a ordem do dia a reunificação.

Para nós a reunificação não é uma mera tarefa táctica ou um slogan vazio e hipócrita que vise a aproximação com os militantes do PCP(R). A reunificação sendo um primeiro passo, que é a reorganização dum partido único, representante real dos comunistas portugueses, abre a via para a construção dum partido que seja a efectiva vanguarda revolucionária do proletariado.

Sabendo ademais que o alcance da luta travada pela oposição no PCP(R) foi truncado por uma luta sem princípios desenvolvida pela maioria, na qual nos deixámos por vezes arrastar, a luta pela reunificação constitui uma opção quotidiana, uma luta para impedir que as limitações próprias de uma cisão prematura e evitável se tornem em linha geral.

Mas onde a luta pela reunificação vê concentrados todos os seus aspectos é sem dúvida na luta pela demonstração política e prática do alcance e superioridade das opiniões e alternativas levantadas pela oposição. Demonstração política através da crítica sistemática às concepções revolucionaristas e à adaptação oportunista e sem princípios às posições que defendemos e que foram acusadas de revisionistas e oportunistas

de direita. Demonstração prática através da colocação em marcha de uma política de massas autónoma que a um tempo seja capaz de constituir o exemplo marcante do que defendíamos no PCP(R) e permita libertar as energias operárias dum e doutro lado, que ultrapasse diques grupistas e impeça o sectarismo primário de obscurecer a tarefa principal de todo o proletário revolucionário em Portugal — a reunificação num Partido único e num Congresso único do Partido Comunista.

Não têm razão pois os camaradas que pensam e afirmam que a «UC» não tem espaço político e por isso não tem razão de existir. São os resultados das eleições intercalares e das eleições autárquicas os primeiros a desmenti-los. As intercalares ao revelarem a incapacidade da UDP e da esquerda revolucionária de estarem à altura de corresponder à viragem da consciência das massas populares à esquerda; as autárquicas ao demonstrarem a incapacidade da actual política da UDP/PCP(R) consolidar na base, onde é imprestável a alternativa concreta, o campo revolucionário, tornando-o vulnerável à demagogia dos grandes partidos reformistas. É preciso, por isso pôr em marcha uma política de massas que penetre na massa influenciada pelos reformistas e que ao mesmo tempo — e como reflexo disso — consolide, organize e agrupe os sectores de vanguarda, transformando-os num exército operacional sempre pronto a agir contra a direita e a ultrapassar os diques de reformistas e revisionistas.

Nem uma nem outra coisa a política dominante no PCP(R) e na UDP permitem, principalmente por falta dum hábil política de massas. É aí que a «UC» ganha a sua maior razão de ser: na prática política de massas, na consolidação do já existente campo de vanguarda e na unificação do campo revolucionário. Sendo esta actividade, persistentemente iluminada pela unificação dos comunistas estamos certos que o Partido surgirá mais maduro e coeso, depurado de tendências sectárias e direitistas próprias da crise que atravessamos.

Não devendo ser desprezadas as propostas e os contactos com os dirigentes do PCP(R) no sentido da aproximação e do limar das arestas que a cisão deixou, é preciso compreender que só um movimento que venha mesmo das entranhas do movimento operário está à altura de esmagar o grupismo que impediu e impede a existência de um Partido Comunista único em Portugal. Pensar o contrário é, julgar que o unitarismo balofo pode modificar ou resolver alguma coisa de essencial no movimento comunista português.

De acordo com este pensamento, a nossa organização deve colocar, no centro da actividade a luta pela reunificação do Partido num Congresso único, democrático e amplamente representativo.

É um objectivo que, naturalmente, não será alcançado a curto prazo, nem com facilidade, uma vez que a reunificação só tem sentido se representar um salto qualitativo na política comunista, que seja um corte com as ideias dogmáticas e grupistas. Mas é uma bandeira de luta inteiramente justa que pode e deve vir a unificar as forças proletárias revolucionárias do PCP(R) e da «UC». Ela tornar-se-á cada vez mais sentida, mais palpável e mais realizável à medida que cresça a unidade na acção e a desintonia entre a política do PCP(R) e a realidade da luta política.

Esse Congresso único, democrático e representativo, deveria debruçar-se sobre quatro temas essenciais a saber:

1.º — Balanço autocrítico sobre o processo grupista que levou à divisão do PCP(R).

2.º — Definir uma linha política que rompa decisivamente com o grupismo vanguardista, sem concessões ao reformismo pequeno burguês.

3.º — Aprovar algumas orientações para a correcta aplicação dos Estatutos na base da reafirmação do centralismo democrático enquanto união superior e combativa da liberdade de crítica com a unidade de acção, e na base do estudo e apreciação dos ensinamentos e práticas leninistas.

4.º — Definir um método materialista dialéctico para a análise dos problemas internacionais, em oposição ao seguidismo cego perante a «linha oficial» e sem concessões à anarquia ideológica pequeno burguesa e ao método do «tudo ou nada» das correntes não marxistas-leninistas.

REVOLUCIONARIZAR E PROLETARIZAR AS NOSSAS FILEIRAS DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LUTA PELA REUNIFICAÇÃO DOS COMUNISTAS

A Conferência Nacional da «Unidade Comunista» ao apreciar o processo de divisão do PCP(R), ao caracterizar as limitações e erros das correntes oposicionistas no processo de luta interna e ao detectar um conjunto de manifestações negativas na sua actividade, decidiu colocar no centro da actividade a luta pela reunificação dos comunistas num Partido único, que hoje não existe. Considerou ainda tal perspectiva como parte integrante da luta por um partido de tipo novo, suficientemente firme para seguir o método e os princípios marxistas-leninistas, resistindo às tendências liberalizantes ou anarquizantes; suficientemente amplo, hábil e flexível para ganhar as amplas massas para a Revolução e suficientemente científico e avançado para investigar e dar respostas aos problemas de hoje do socialismo científico, que saiba procurar na própria prática social as soluções de muitos problemas que só aí podem ser resolvidos.

E ao colocar-se nesta perspectiva marxista-leninista a Conferência Nacional da «UC» detectou algumas manifestações negativas que a têm impedido de prosseguir com firmeza este caminho, procurou e descobriu algumas das suas raízes e traçou orientações concretas para iniciar de imediato um movimento de rectificação e operar na «Unidade Comunista» uma viragem na sua prática quotidiana. Ao fazê-lo a Conferência Nacional da «UC» teve em conta o estudo da experiência organizada da «UC» ao longo de 7 meses, particularmente no que diz respeito aos indicadores surgidos na batalha política da massas mais importante ocorrida durante este período — as eleições intercalares.

1. OS ERROS E LIMITAÇÕES DA LUTA INTERNA GANHAM CORPO NA «UNIDADE COMUNISTA»

Grandes dificuldades se colocavam aos militantes que abandonaram o PCP(R) depois da cisão provocada pelos dirigentes grupistas: unificar as ideias, levantar uma organização em moldes leninistas, pôr em marcha um projecto político de massas diferenciado do revolucionarismo, começar a resolver alguns dos problemas levantados pela crise geral existente no MCI, não eram tarefas fáceis para quem ainda não tinha respondido satisfatoriamente a muitos problemas de fundo, para quem não estava convencido da necessidade da existência de duas organizações, para quem com a cisão via os seus vínculos com as massas reduzidos, para quem como nós ainda estava longe de definir uma linha política comumente aceite.

Eram dificuldades próprias duma cisão provocada prematuramente, mas que podiam ser ultrapassadas no todo ou em parte desde que se tivessem suficientemente em conta todas as contradições que enfrentávamos e soubéssemos em cada momento resolver as principais. Tal não veio a acontecer porém, dificultando sobremaneira a actividade da organização.

A Conferência destacou os seguintes erros como aqueles que contribuíram para que na «UC» as limitações da luta no PCP(R) (já apontadas no documento de balanço da cisão) não só não tenham sido ultrapassadas como também se tenham tornado dominantes:

a) *Não se lutou coerentemente pela constituição duma organização comunista.* A expressão mais clara disto é o facto de não se ter iniciado imediatamente a seguir à reunião de 13 de Maio o processo de Conferência e só ao fim de 7 meses esta se ter realizado. Durante este espaço de tempo não se conseguiu verdadeiramente constituir uma organização comunista já que as ideias a nível de linha política não se encontravam unificadas, a necessidade imperiosa de constituir uma organização leninista não era uma noção unanimemente aceite e como resultado disto o nosso projecto político não se firmou nas massas e os problemas de fundo colocados e não resolvidos com a cisão do PCP(R)

passaram a ser tomados como inatingíveis, à medida que os indicadores vindos directamente da luta de classes se iam reduzindo.

A reunião de 13 de Maio não teve em conta a confusão e a heterogeneidade de posições surgidas entre os militantes que saíram do PCP(R) e por isso mesmo não colocou no centro das suas preocupações a unificação em torno duma linha política própria dos militantes comunistas organizados na «UC». Não se deu voz viva aos militantes saídos do PCP(R) para a elaboração dum rumo para a «UC», antes se optando por uma dinâmica de «compromisso» e de conciliação que impediu a discussão aberta entre várias opiniões e a convicção colectiva num projecto novo, que só uma Conferência soberana e antecedida de ampla discussão permitiria.

Deve-se portanto sublinhar que se a «UC» se constituiu em 13 de Maio como organização, tal não foi seguido por um processo de luta e de debate que o permitisse *de facto*. Pode-se portanto dizer que se constituiu uma organização que não se quis tornar organização, não sendo de estranhar a existência de muitos organismos que só se encontravam na «UC» «para discutir». Era o resultado dum processo distorcido e cupulista da criação duma organização que ao invés de construir vínculos organizativos e de gerar confiança mútua, só dissolvia e gerava desconfiança.

Cabem neste terreno as responsabilidades principais à DN(P) que não soube apreender esta situação, agravando problemas políticos e organizativos que hoje podiam estar resolvidos, apagando as fronteiras entre posições justas e erradas no seio da «UC». Na verdade, de nada, ou pouco vale hoje esgrimir contra o anarquismo na organização ou as ideias pequeno-burguesas na linha política, sem reconhecer primeiro que tudo que a DN foi a principal responsável por esta situação ao não saber mudar correctamente a situação complexa que logo a seguir à cisão se criara.

Se optássemos por um outro caminho, onde o balanço concreto de 7 meses de organização fosse esquecido a única saída seria a oposição artificial entre duas linhas na «UC» quando tal não acontece e uma luta sem referenciais e sem rumo, necessariamente sectária e «esquerdizante».

Pode-se dizer que hoje não há ninguém que defenda coerentemente e conscientemente manifestações que estiveram na realidade presentes na nossa actividade: a adaptação reformista ao refluxo, o abandono da acção política de massas, a negação irresponsável do património do MCI, a desorganização da actividade comunista, etc. O que se passou sim foi o prolongamento num grau mais elevado dos erros e limitações da política defendida pela oposição no PCP(R) e que pela inércia da DN(P) e pela falta de vínculos à luta de classes e aos colectivos da organização se tornaram dominantes na «UC».

Esta é a opinião de fundo que marca o pensamento e as decisões da Conferência e que sem optar por um rumo destrutivo e artificial, adquire um carácter *positivo de viragem*, demarcando-se abertamente das manifestações erradas e decidindo iniciar um movimento de rectificação que impeça a consolidação na «UC» de práticas espontâneas ou conscientes como aquelas que marcaram a acção da DN(P).

b) *Não avançamos, ou avançamos pouco, na caracterização da situação nacional e internacional e na definição de massas que projectassem na vida política nacional a nossa organização.* É hoje ponto assente que na última fase da luta interna a própria oposição se tinha desvinculado dos indicadores de Partido e de massas, abandonando quase por completo a actualização e aprofundamento da análise da situação nacional e internacional e a definição de propostas políticas concretas que pudessem ser postas em prática no movimento de massas. E se é verdade que a adaptação oportunista dos dirigentes do PCP(R) às propostas políticas que defendíamos não podiam dar origem à procura artificial de outras só para nos diferenciarmos, como sugeriam por vezes alguns camaradas, o que é fundamental concluir é que o teorismo que encerram as nossas últimas posições eram já a expressão do afastamento da vida e da luta de massas.

Esta falta de actualização e caracterização da situação que vivíamos fez com que aspectos imprecisos, lacunas e mesmo erros de apreciação perfeitamente secundários fossem ocupados por ideias superficiais e não assentes na realidade objectiva. Onde não há ideologia e política proletárias é a ideologia e a política pequeno-burguesas que lhe tomam o lugar — esta é a grande lição que a Conferência retira da nossa prática de 7 meses.

A omissão que fizemos da radicalização da consciência das massas e da deslocação significativa de largos sectores populares mais para a esquerda, o obscurecimento de alguns dos dados da situação política portuguesa, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento contraditório da correlação de forças e da consciência das massas, a quase inexistente luta contra a expansão das teses sobre o voto útil dentro da «UC», o encosto progressivo a organizações da pequena-burguesia radical, etc., são exemplos marcantes dos erros de tipo pequeno-burguês cometidos pela «UC» e que a Conferência condenou.

Porém, a Conferência sublinhou fundamentalmente a necessidade de avançar na actualização da caracterização da situação nacional e na definição duma linha política de massas como fio condutor que permitirá distinguir aquilo que é uma linha revolucionária de massas daquilo que é revolucionarismo pequeno-burguês ou capitulação pequeno-burguesa.

A não ser assim a Conferência considera que a tendência grupista para o subjectivismo e o superficialismo nas análises ressurgirá em nós próprios e a «UC» correrá o risco de se transformar numa organização marginal, sem projecto próprio.

c) *O momentâneo afastamento das massas, natural depois duma cisão, torna-se uma constante.* E mesmo naqueles sectores da organização onde essa ligação se mantém, tal não se encontra ao serviço duma política comunista, capaz de sintetizar a experiência do conjunto do movimento operário e popular e de nos diversos sectores levar o movimento a verter numa única torrente.

Esta é sem dúvida uma das manifestações mais preocupantes existentes na «UC». Na nossa época e na situação actual qualquer organização comunista que não assente profundamente no movimento operário está condenada ao fracasso ou à oscilação pequeno-burguesa constante. A começar pela DN(P) abandonámos a análise concreta do local de trabalho, abandonando assim a dinamização da acção de massas, a experimentação dos importantes fragmentos de linha política trazidos da luta interna do PCP(R) e a própria possibilidade de evoluir na análise da situação, que só a ligação à luta de classes permite. Apatia e imobilismo é o resultado dum tal estado de coisas que produz naturalmente um estado de espírito pequeno-burguês na organização.

E o que é mais grave é que isto não aconteceu porque a DN(P) e a organização se encontrassem numa busca enérgica de respostas para os problemas de fundo levantados no PCP(R) e que aí não obtiveram resposta satisfatória. Pelo contrário as discussões entram num círculo vicioso, onde por vezes se oscila entre o 0° e o 180° por falta de indicadores provenientes do movimento de massas. É aqui que a fuga ao trabalho no interior das organizações de massas, a colagem a sectores pequeno-burgueses e a ausência de empenhamento em pôr em marcha as iniciativas políticas que tivemos — como a declaração de 3 de Agosto — ganha corpo e ameaça o nosso projecto proletário revolucionário.

Sendo assim a Conferência decidiu iniciar um movimento imediato no sentido de inverter tal tendência que se começa, rápida e perigosamente a enraizar na «UC». E se tal, não significa, não pode significar, o abandono da discussão constante da nossa prática e dos problemas complexos e preocupantes que estão hoje colocados pela luta da classes à escala mundial, a Conferência alerta para os perigos de concepções «puristas» sobre o partido comunista e o seu trabalho político e ideológico de massas, que vêm a acção política como um produto do esclarecimento de problemas que há décadas vêm afligindo o movimento operário internacional e não vêm naquela uma forma insubstituível de conseguir tal esclarecimento.

Assim a Conferência Nacional da «UC» ao considerar inadiável a abordagem dos problemas que se põem ao MCI sublinha que tal esforço deve ser estreitamente vinculado a uma actividade prática que influa realmente na luta de massas e donde se extraiam indicadores fundamentais para se avançar nesse campo. Esta é uma condição indispensável não só para que os referenciais que a experiência do movimento operário está pondo em causa sejam substituídos satisfatoriamente, como também para impedir a introdução na «UC» da desorientação e desmoralização pequeno-burguesas capaz de mascarar a sua cobardia com palavreado arrazoado.

2 — PORQUE SE VERIFICAM OS TRAÇOS NEGATIVOS NA «UC»?

A Conferência Nacional não se limitou a constatar os traços negativos da nossa actividade e a situar a sua origem principal no processo de cisão e procurou na própria prática de 7 meses da «UC» as causas próximas que acentuaram tais erros. Três causas fundamentais concorreram para isso, causas essas que urge eliminar com rapidez através dum profundo movimento de rectificação:

a) *Preparámo-nos para uma luta interna prolongada no PCP(R) e fomos confrontados com uma cisão:* este facto foi durante muito tempo menosprezado por uma perspectiva voluntarista que subestimava as dificuldades mais levantadas por uma cisão que não desejávamos e sobrestimava a desagregação do PCP(R) e a própria possibilidade de se conseguir a reunificação dos comunistas e o conseqüente isolamento dos oportunistas.

O facto de termos sido confrontados com um processo de cisão para o qual não estávamos preparados não tem apenas, nem fundamentalmente, reflexos no estado de espírito de cepticismo que se criou logo de seguida. O que é mais importante é que o processo distorcido de luta ideológica travado dentro do PCP(R) marcou a própria oposição, impossibilitando-a de amadurecer suficientemente as suas posições políticas, acentuando-lhe o unilateralismo em relação a alguns problemas e impossibilitando-a de romper radicalmente com a política grupista dos dirigentes do PCP(R).

Desta forma se é verdade que lutámos contra o grupismo na linha política, não nos libertámos completamente dele, se lutámos contra uma concepção anti-leninista de Partido, não atingimos ainda o fundo das concepções que têm levado à degenerescência revisionista e dogmática dos PCs; se lutámos contra o seguidismo internacional, profundamente chauvinista, não conseguimos ainda dar uma resposta materialista dialéctica aos vários problemas levantados hoje no MCI. Tudo isto aponta no mesmo sentido: a luta incompleta travada contra o grupismo no PCP(R), interrompida brutalmente pelo cisionismo de alguns dirigentes, não permitiu o amadurecimento das nossas próprias posições e o desenvolvimento em melhores condições da nossa própria auto-crítica. Numa palavra, não permitiu o combate dentro de nós próprios às concepções subjectivistas e idealistas em que o movimento marxista-leninista foi (de)formado. Por isso a luta não acabou e apenas começou.

Nestas condições, o grande salto para trás que constituiu a divisão do PCP(R), aliado à debilidade da acção política de massas da «UC», foi contaminando a Direcção de um ambiente de desânimo e desconfiança em si própria e na organização. É este o terreno ideal, onde floresceu a falta de confiança na luta pela reunificação dos comunistas e na possibilidade de libertar energias operárias na «UC» e no PCP(R) e nos fez oscilar constantemente entre a «reunificação dos comunistas» e a «reorganização do Partido», mas sempre com um denominador comum; o defensismo exagerado que entrelaçado com os erros cometidos expressam no seu conjunto o abandono da luta pela reunificação dos comunistas num partido único.

b) *Falta de ligação à prática concreta da luta política de massas e aos centros operários, bem como peso insuficiente de quadros operários na direcção:* a DN(P) não centrou as suas forças no apoio e direcção das regiões e células operárias, desligou-se progressivamente delas. O peso excessivo de elementos intelectuais dificultou a vinculação dos debates à realidade política concreta e isto fez com que poucos passos se tenham dado na definição duma linha política. Tornaram-se cada vez mais ténues as referências concretas na discussão das orientações, não sendo invulgar tomarem-se decisões baseadas em raciocínios lógicos ou na intuição.

Numa organização comunista que actue sobre a realidade política, este corte é o será sempre de conseqüências mortais. Nenhum núcleo dirigente — por mais experimentado e lúcido, o que não é o caso — poderá resistir durante muito tempo à falta do oxigénio que constitui a luta nas grandes empresas e organizações de massas. Também por aqui, na falta disto, entra o grupismo.

c) *Renascimento de práticas de amiguismo pequeno-burguês:* na falta de vínculos organizativos sólidos, baseados na luta pela aplicação duma linha política de acordo com os interesses do proletariado, estes são substituídos pelo amiguismo que dificulta

e por vezes impossibilita o controle mútuo, substitui a crítica e a auto-crítica pela conciliação com os erros ou então o ataque desbragado e sectário.

Estas são as causas que a Conferência Nacional detectou e que decide combater frontalmente. Partindo da ideia clara de que estas raízes dos erros são mais o resultado da situação difícil em que se formou a organização e da incapacidade da DN(P) definir alternativas políticas de massas que permitissem a materialização imediata na acção das questões referentes à tática política levantadas pela oposição e são menos o resultado das manifestações pequeno-burguesas profundamente enraizadas, a conferência vincula a DN eleita a centrar aí os seus principais esforços.

Reconhecendo no entanto que estes 7 meses deram corpo a ideias e práticas pequeno-burguesas, a Conferência Nacional, *sublinha a necessidade de pôr em primeiro plano a luta ideológica, abandonando a prática liberal dos consensos, da não demarcação de posições e da não classificação classista das opiniões.* Há que não confundir uma concepção leninista de Partido com conciliação e não demarcação de posições, há que não confundir a prática negativa de radicalizar e extremar divergências com a necessidade de demarcar as posições e de as classificar politicamente. O caminho da «UC» só pode ter rumo e dinamismo desde que definido e atravessado por uma luta ideológica simultaneamente firme e fraterna — esta é a determinação da Conferência Nacional da «UC».

3 — DAR INÍCIO A UM PROFUNDO MOVIMENTO DE RECTIFICAÇÃO

a) *É preciso substituir a apatia e o imobilismo hoje existentes que geram um estado de espírito pequeno-burguês e reformista pela definição duma linha política de massas revolucionária.* A reunificação dos comunistas não é possível, nem terá qualquer sentido de mudança sem pormos em marcha a aplicação positiva da nossa política entre as massas. Isto significa, simultaneamente, romper com a ideia que ganhou alguma projecção de que não temos política para ir às massas porque ela não está bacteriológicamente pura e acabada e com a ideia de que está tudo definido e basta apenas aplicar a nossa política.

Tais conclusões implicam um estudo rigoroso e actual sobre a situação nacional e internacional, em íntima ligação com a explicação dos importantes fragmentos de tática política que hoje temos e que urge pôr à prova. A definição duma linha política de massas revolucionária é aliás um dos principais eixos por onde passa a nossa política de reunificação já que esta cria um objectivo formal e sem conteúdo sem afirmar claramente uma política que rompa com as concepções grupistas do PCP(R).

Só na luta positiva por uma linha coerentemente revolucionária pela sua aplicação era sentido o combate ao recuo, à fuga, às palavras de ordem revolucionárias, à tendência de colagem a sectores pequeno-burgueses, etc. Trata-se, portanto de quebrar com a ideia de um combate subordinado às meras necessidades do dia-a-dia bem como com os debates desordenados, sem rumo.

b) *É preciso inverter a tendência de abandono da acção de massas, pela aplicação da nossa política e pela discussão constante da sua aplicação, de forma a que toda a «UC» a elabore, assimile e aprofunde.* Todo o estilo de organização tem de se virar para o acompanhamento dos centros operários existentes. O fundamental das orientações e do esforço da organização e Direcção deve centrar-se nas empresas e regiões onde detemos influência, concretizando a nossa política, pondo-a à prova e retirando daí os indicadores necessários para uma discussão viva e assente na realidade objectiva que actualize, adapte e modifique a nossa política de massas.

As discussões da Direcção têm que se virar imediatamente para as respostas aos problemas e dificuldades dos «terríveis» problemas das massas e da tática. Reuniões ampliadas e activos de empresas devem ser organizados para unificar a orientação sindical, para as CTs, etc. É preciso embrenharmo-nos inteiramente no movimento de unidade popular, quebrando todas as resistências que em nome das tendências caudilhistas existentes mostrem reservas à acção de massas neste quadro.

A Conferência Nacional considera que só uma organização que una todos ou a maioria dos comunistas, organizados hoje, essencialmente no PCP(R) e na «UC» está à altura de resolver toda a vastidão de problemas hoje colocados pela luta do proleta-

riado internacional e a nível nacional. No entanto sublinha que isto não pode ser pretexto para o abandono da acção de massas, considerando que aí se encontra em larga medida a solução para a elaboração duma linha política marxista-leninista e consequentemente para a reunificação dos comunistas.

c) *É necessário definir um método materialista dialéctico que ao negar aspectos manifestamente errados do património constituído do MCI seja capaz de os substituir por outros referenciais revolucionários.* Constatando a existência duma grave crise no MCI e que erros graves foram cometidos, a Conf. Nacional considera ser necessário, proceder a uma discussão séria, ordenada e responsável de um conjunto de problemas. Mas fá-la-ão de acordo com os princípios e com o objectivo de os reforçar no fogo da luta, de investigação e de confrontação com a vida. Assim liquidarão com êxito as teses revisionistas de todos os tipos que campeiam no seio do movimento operário.

Por isso mesmo a primeira condição metodológica que os comunistas colocam é a de não permitir a desautorização de referenciais proletários fundamentais sem resposta satisfatória e revolucionária. Mais do que isso: como homens de acção que sempre foram, os comunistas optam por manter como guias — embora com o privilégio da dúvida — mesmo aqueles referenciais que a experiência está pondo em causa mas que a consciência proletária não conseguiu ainda substituir.

Não optaremos no entanto pela tática da avestruz que coloca a cabeça debaixo da areia, tentando ignorar os problemas, ou pela resposta idealista como a que vigora hoje no MCI e no PCP(R). Essa é uma via que só pode levar ao agravamento da crise do MCI, ao seu afinamento e mesmo desagregação.

d) *É necessário romper com os métodos e com a orientação cúpulista e burocrática que impede a circulação constante dos problemas políticos fundamentais que a organização defronta e que acentua a distanciação entre a base e a direcção.* Esta é uma tarefa inadiável do movimento de rectificação, já que se trata duma praga que sempre tem marcado o movimento comunista português e que lhe tem trazido grandes males. Os problemas políticos e teóricos fundamentais da organização, sejam eles ligados directamente com as tarefas quotidianas ou não, têm que ser constantemente debatidos do topo à base da organização. As decisões e os planos dos organismos só assim podem ser entendidos, respeitados e aplicados como um só corpo pela organização. Só assim todo o conjunto da «UC» se pode elevar ao nível da direcção e esta aproximar-se da base. Consequentemente só assim o conjunto da «UC» se encontrará mais próximo dos problemas do movimento de massas.

Mas não basta isto para resolver o problema da rectificação no estilo de organização e de trabalho. Todos os organismos devem regular a sua vida colectiva, elegendo executivos internos que precisem assumir as suas responsabilidades. Deve acabar-se com as decisões que não são seguidas de planificação e da sua aplicação. O controlo de execução deve voltar a ter um lugar de destaque a começar pela DN.

* * *

Do êxito deste movimento de rectificação depende em grande parte também o êxito da reunificação dos comunistas. É preciso que toda a «UC» compreenda que se só uma política de unidade na acção, acompanhada da crítica constante, acabará por derrotar o grupismo que dividiu o PCP(R), também só a rectificação dos nossos erros e limitações nos podem elevar ao nível dessas tarefas.

UMA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA PARA OS TRABALHADORES E O PAÍS

A — ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE OS RESULTADOS ELEITORAIS

As eleições intercalares e autárquicas vieram revelar uma série de indicadores dificilmente detectáveis antes da sua realização. Assim uma análise detalhada dos resultados eleitorais capacita as forças revolucionárias de tirar conclusões e abordar de acordo com a realidade a conjuntura agora criada. E se as tendências de evolução da situação emergente da vitória da AD não se podem definir desde já com rigor, sendo necessário adquirir ainda uma série de elementos, é possível desde já detectar alguns factores novos, resultantes destas eleições que caracterizam a situação política nacional. E sendo tão marcantes esses factores, é necessário definir algumas tarefas inadiáveis que contribuam para a criação de uma grande corrente de união e luta popular contra a reacção e pela liberdade, contra o capital e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

1. *Confirmou-se uma deslocação à direita no eleitorado e a nível do aparelho de Estado, provocando uma alteração significativa na correlação de forças sociais e políticas dominantes na vida nacional.* Para a vitória eleitoral da direita contribuiu sem dúvida da forma decisiva a política de direita que foi sendo aplicada, em nome da esquerda, desde o 25 de Novembro. A imagem do 25 de Abril foi sendo desgastada, junto de vastos sectores menos esclarecidos, pela aplicação dessa política que, sendo feita em seu nome, visava afinal destruir as conquistas alcançadas. Nestas circunstâncias, o facto de os partidos reaccionários terem concorrido em coligação permitiu-lhes oferecer ao eleitorado oscilante — que em muitos casos votara PS, como voto útil contra a esquerda — uma imagem de segurança e utilidade de voto. A influência da Igreja, que evidenciou uma grande capacidade de mobilização e persuasão — espelhada na reduzida percentagem de abstenções — pensou também inexoravelmente no resultado final favorável à direita. De salientar ainda, o facto da coligação reaccionária se apresentar ao eleitorado com uma alternativa de governo assente no slogan demagógico da «mudança e competência», encontrando forte receptividade junto de vastas camadas da população.

Na realidade a AD ao aumentar 300 000 votos, enquanto as forças democráticas aumentaram apenas 100 000 votos, ao conseguir assim através da distorção provocada pelo método de Hondt, ter a maioria absoluta no parlamento — apesar de no país se manter em nítida minoria; ao garantir desta forma a subida ao governo e o afastamento mais acelerado dos sectores reformistas e «centristas» do aparelho de Estado; ao impôr uma flexão claramente direitista na política nacional no sentido do aceleramento da destruição da Reforma Agrária, das nacionalizações e das restantes conquistas de Abril; ao permitir um autêntico «golpe de estado constitucional» com a colocação no centro do aparelho de Estado de forças claramente anti-constitucionais — estas eleições vêm clarificar por completo onde está o inimigo principal, quem são as classes e as forças políticas que se batem consequentemente contra ele, e qual a correlação de forças entre as classes burguesas e reaccionárias e as classes revolucionárias.

É verdade que será difícil ao bloco reaccionário anti-constitucional iniciar desde já um caminho fascizante em total contradição com a maioria do Povo português que continuou a votar claramente nas forças que se dizem defensoras dos trabalhadores e do caminho de Abril, é verdade que com esta vitória eleitoral a burguesia portuguesa não conseguiu anular as contradições políticas que a corroem profundamente mas o que é certo também é que desta forma é a tendência para as fascização da sociedade portuguesa que se acentua, é o poder que, este bloco tem nas Forças Armadas que se verá aumentado, e a pauperização das massas que passará a ser uma realidade para vastos sectores do Povo, que verão o peso da crise a ser descarregado sobre os seus ombros. São maiores os perigos que se apresentam no horizonte do povo português o que exige uma resistência maior e mais organizada.

2. *Revelou-se uma maior radicalização no movimento operário e popular acompanhada pela elevação de consciência de largos sectores populares.* Esta é uma conclusão que os próprios resultados eleitorais impõem: a deslocação massiva (mais de 200 000 votos) do PS para a APU, a manutenção da votação da esquerda revolucionária, desta feita representada apenas pela UDP — que só não cresceu e se mostrou mesmo nas eleições para as autarquias como muito pouco consolidada, devido à falta de uma política revolucionária de massas que fizesse deslocar alguns sectores populares influenciados pelos partidos reformistas mais para a esquerda, — são factos que revelam bem a *experiência própria* que as massas percorreram durante os governos PS e Mota Pinto.

Assim, é forçoso destacar que os indicadores destas eleições não demonstram ainda um certo corte radical por parte das largas massas populares com a política conciliatória, temporizadora e «centrista» do PS e do PCP, tendência essa acentuada pela falta de uma política revolucionária hábil no sentido de disputar as massas que se deslocaram mais para a esquerda; é imprescindível sublinhar que existe uma tendência *objectiva* de deslocação à esquerda, de maior radicalização política do movimento das massas, de ruptura com a política democrática-burguesa do PS de constante cedência à direita. Tal tendência mais radical do que no passado e a que não é estranho certamente a revolta e o agrupamento de forças feito durante o governo Mota Pinto e consolidado durante o governo Pintasilgo devido ao compasso de espera introduzido na ofensiva burguesa — é o resultado da progressiva bipolarização da sociedade portuguesa, da clarificação dos campos da reacção e do progresso e da obrigatória definição que os diversos partidos têm de fazer na prática e não apenas nas palavras perante tais campos.

É este, indubitavelmente, o pano de fundo que levou, mesmo perante a inexistência de uma candidatura unitária da esquerda revolucionária e perante a sua crise política, a que os sectores mais à esquerda resistissem ao voto útil nos reformistas, afirmassem abertamente a sua vontade de mudança e resistência activa à ofensiva reaccionária e sustentassem a própria UDP. Este aspecto é de grande alcance já que demonstra uma consciência política revolucionária avançada de um segmento importante do proletariado e doutros sectores populares que são por assim dizer a espinha dorsal de qualquer movimento de resistência nacional à ofensiva da reacção e do capital. Tal é a afirmação de que algo de bem fundo está germinando na sociedade portuguesa que empurra as massas para uma solução revolucionária da crise, que empurra as próprias organizações da esquerda revolucionária para a resolução da sua crise e para a substituição das actuais guerras de seitas pela política de massas, que desafia esta área a ser capaz de constituir um exército político próprio, coeso e hábil que sendo a parcela mais combativa, corajosa e determinada em não deixar passar a reacção, seja também a mais esforçada e lúcida nas propostas que unam de facto o movimento operário e sindical, o movimento camponês, etc., em torno de plataformas de luta concretas, frontais, nos projectos da burguesia reaccionária e do imperialismo.

3. *Registou-se uma redução efectiva do espaço político de manobra dum parte importante das forças interclassistas de pendor conciliador e «centrista» que apaga o antagonismo irreconciliável entre o caminho revolucionário iniciado com o 25 de Abril e o caminho de recuperação capitalista, latifundista e imperialista iniciado em 25 de Novembro.*

A redução desastrosa da votação no PS é o melhor exemplo disto, assim como o fracasso em toda a linha da política de «charneira» entre o PS e o PCP — da UEDS é a melhor caricatura deste facto. E se tal não aconteceu ainda, desta feita, com o PCP é porque, por um lado, os revisionistas com a sua política de duas caras continuam a aparecer aos olhos de milhares e milhares de trabalhadores como os «grandes resistentes ao avanço da direita»; por outro lado porque as próprias condições de refluxo facilitam tal demagogia devido à expansão de tais preconceitos reformistas e ainda porque os revolucionários se mantêm apegados a conceitos vanguardistas que não lhes permitem o aproveitamento integral deste refluxo muito particular que existe em Portugal e que aponta para a possibilidade de conquista de largas faixas do movimento popular para um caminho revolucionário de resistência, que naturalmente prepare o caminho da ruptura revolucionária.

Esta é a grande lição que a perda da influência das forças tipicamente «centristas» nos dá: as forças revolucionárias não estão fadadas ao isolamento num importante, mas

pequeno, campo de acção, se comparado com os 3 milhões de votantes de esquerda; nem tão pouco estão destinadas a abandonar as suas bandeiras revolucionárias que lhe dão fisionomia própria para conseguir «penetrar» no movimento de milhões. A situação portuguesa mesmo durante o período de refluxo, tem vindo a demonstrar que é possível através de uma política táctica revolucionária — que não se confunda com política de propaganda e sectarismo — conquistar largas massas aos partidos conciliadores e reformistas e trazê-las para um caminho revolucionário, mais à esquerda.

4. *Aparece neste momento na situação relativa entre as diversas classes, factores contraditórios, positivos e negativos para o movimento operário e popular: assim enquanto a correlação de forças se torna mais favorável às classes e aos partidos da grande burguesia reaccionária, a consciência política das massas tornou-se mais avançada e o agrupamento de forças afirmou-se como recusa da dispersão e do recuo desorganizado e sem rumo.*

Este é o reflexo da crise multilateral que continua a atravessar a sociedade portuguesa — crise política, económica e militar — que se desenvolve de forma desigual e contraditória. Assim a crise económico-social que não havia atingido ainda um grau muito elevado até ao 25 de Novembro, não tem deixado de se agravar, apesar de atenuamentos conjunturais, elevando-se agora em termos gerais a um nível superior ao do período revolucionário. Impossibilitadas assim as classes burguesas de responder favoravelmente às exigências populares, sem que a sua taxa de lucro seja posta em causa, as massas trabalhadoras lançam-se à luta pelos seus direitos económicos e políticos o que constitui um factor constante de instabilidade.

Por outro lado, se é certo que o encerramento da crise revolucionária com o 25 de Novembro não deu origem a um período de reanimação e estabilização do capitalismo, o que é certo também é que os factores político-militares de crise se encontram a um nível muito mais baixo. A crise política que hoje se vive não sendo uma fase adiantada de descabro e derrocada do poder burguês e dando-se pelo contrário no decurso de sucessivos avanços da direita mais reaccionária e da consolidação da correlação de forças em seu favor, tanto se pode saldar num aprofundamento dessa crise, se a burguesia vir os seus intentos entravados pelas forças populares e pelas suas próprias contradições — que o actual agrupamento de forças populares e a sua maior maturidade revolucionária tornam possível — como se pode saldar na consolidação do bloco mais reaccionário, se o movimento popular não encontrar nesta situação forças suficientes para se lhe opôr.

Vivemos pois numa situação transitória e contraditória. Partindo da consciência clara de que existem forças suficientes para resistir activa e organizadamente à ofensiva reaccionária é preciso reconhecer também que a correlação de forças é desfavorável ao movimento operário e que é necessário, por isso mesmo fazer a acumulação revolucionária de forças, resistir ao inimigo, desgastá-lo e disputar palmo a palmo as massas aos reformistas. Não é pois uma táctica de avanço que está na ordem do dia mas sim uma táctica de refluxo, de resistência activa, de agrupamento de forças.

5. *Constata-se um elevar de consciência no movimento popular que o torna mais permeável à penetração das ideias revolucionárias, mas que ainda não atingiu um nível revolucionário. Isto acontece pelo facto de o essencial da acumulação de forças no campo popular ter sido feita em termos e sob perspectivas reformistas.*

É isso que explica que esta maior maturidade não seja acompanhada pelo desenvolvimento de lutas de resistência mais radicais ou eminentemente políticas por parte do movimento operário e popular.

Mas há que não confundir consciência política com correlação de forças ou uma viragem à esquerda na consciência das massas com a possibilidade real de efectuar essa viragem na sociedade. É que se a maior consciência do movimento é um indicador importante, que exprime o descontentamento e a acumulação de factores revolucionários não mostra a totalidade da realidade, nem a sua parte mais importante que só pode ser dada pela prática da luta de classes e pela acção mais avançada e radical do movimento de massas. Acções essas que como é notório não têm dominado o panorama do movimento operário português.

Por isso, não desprezando a maior consciência política do movimento de massas, baseando nela o movimento de resistência popular é necessário reconhecer que só a acção revolucionária de massas, a par da modificação da correlação de forças e de muitos outros factores objectivos pode conduzir a uma verdadeira viragem da política nacional.

6. *O traço dominante que deve ser sublinhado na situação actual é a possibilidade objectiva de resistir activamente à nova fase da ofensiva reaccionária.* Por tudo o que se disse fica claro que não estamos perante uma situação de debandada do movimento operário e popular, onde a táctica de preservação de forças deveria ser utilizada mas pelo contrário estamos numa situação de reagrupamento de forças, de resistência activa, de articulação harmoniosa da propaganda revolucionária com uma táctica que responda em todos os campos da luta de classes à política burguesa e imperialista.

Existe pois a possibilidade objectiva de resistir à nova fase da ofensiva reaccionária que agora se inicia, com a subida ao poder do governo AD, de desarticular os interesses da reacção, de disputar e conquistar segmentos populares importantes aos partidos reformistas.

B — TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

É cedo ainda para definir e prever o quadro completo da evolução da situação nacional no próximo ano até às eleições legislativas de 80. É possível no entanto prever o comportamento dos principais blocos políticos em confronto, partindo da compreensão dos seus objectivos imediatos e a mais longo prazo.

1. *Encontramo-nos sem sombra para dúvidas às portas de uma nova fase da ofensiva da direita.* Desde o golpe reaccionário do 25 de Novembro a direita vai estar pela primeira vez no governo sem os obstáculos gerados por uma Assembleia da República adversa. Pode-se por isso dizer com propriedade que a vitória no parlamento da AD e à distância, a simbiose e o complemento do golpe militar que interrompeu o processo revolucionário. E é ao mesmo tempo o aprofundamento da ruptura do bloco burguês novembrista que na altura ia desde a grande burguesia à pequena burguesia, desde o bloco mais reaccionário ao bloco reformista social democrata.

Assim se a vitória dos representantes políticos de parte da média e grande burguesia industrial, dos sectores do grande comércio e da maioria da grande burguesia agrária, põe a AD, em boas condições para hegemonizar o processo de recuperação capitalista, ele só o conseguiu à custa de uma luta prolongada que o afastou significativamente do outro bloco burguês (PS, ASDI, etc.) e que acentuou contradições. Contradições que nem os apelos patéticos de Sá Carneiro à unidade com o PS conseguem disfarçar e que continuam latentes dentro do próprio aparelho de Estado entre a maioria AD da Assembleia da República, o CR e Eanes.

Para além disto a AD sabe da sua fragilidade, sabe que não tem a maioria do país e que muitos dos seus votos foram conseguidos à custa da demagogia sobre a «mudança» e da identificação da política anti-popular dos governos PS com a política de esquerda. Assim, a direita deverá mover-se com precaução com vistas à acumulação de forças até 80. Não desdenhará mesmo, certamente, as medidas populistas e demagógicas.

Outra das frentes da ofensiva do bloco anticonstitucional e a mais importante vai ser a tentativa de isolar e decapitar o movimento operário. Tentarão isolar o movimento operário e sindical, dos grandes centros, dos outros sectores populares (pequena burguesia e camponeses). Não deixarão de tomar medidas anti-operárias e de pôr em prática uma legislação com vistas à desorganização do movimento sindical, aos despedimentos dos dirigentes operários, etc. Em relação aos outros sectores populares tentarão uma política de compromisso, de concertação, para a qual iniciam desde já o namoro ao PS.

Em relação à Constituição vão tentar que todos os seus aspectos progressistas sejam definitivamente enterrados como letra morta. Pretenderão rever na prática a sua letra e espírito, entravarão a constituição do Serviço Nacional de Saúde e farão uma campanha desbragada contra a reforma agrária. Quererão ainda aprovar uma outra lei

eleitoral e anticonstitucional que lhes permita através do método francês ou outro método fraudulento distorcer a vontade popular e garantir a maioria parlamentar.

Com o governo da AD é na realidade a ruptura com a fase «constitucional», democrática burguesa, que começa a estar em causa. Esse é o traço político essencial que ressalta da situação política e que configura uma deslocação mais à direita da correlação de forças. O que implica, naturalmente, novas tarefas para as forças revolucionárias.

2. *O PS e o PCP mostram-se incapazes de encabeçar a resistência popular contra a direita.* Nestas condições os partidos burgueses com influência popular, tenderão a revelar a sua catadura de capituladores, adeptos do compromisso permanente, inimigos da oposição consequente e radical à ofensiva reaccionária. O que naturalmente não acontecerá ao nível das grandes massas sem que estas percorram a sua própria experiência.

O PS não deixará de fazer transparecer a sua essência social-democrata. Tendo perdido grande parte da componente popular que o sustentava na área do poder, componente essa que se deslocou mais para a esquerda, votando agora na APU, o PS ficará cada vez mais vulnerável aos compromissos e «colagens» à direita. Tudo indica por isso que a par de uma imagem de «oposição responsável» que o PS desde já reivindica, venha a optar por uma política de compromisso simultaneamente de «colagem» e crítica ao governo AD, tentando captar o descontentamento dos sectores populares, principalmente dos que votaram AD, perante a política do governo de direita. Trata-se de uma política tipicamente burguesa que tenta evitar o seu afastamento da área do poder, servindo-se das forças populares como força de pressão. É uma política que não serve à resistência popular consequente e que a dificultará mesmo.

Ao mesmo tempo o PCP tentará afirmar-se como o grande partido da oposição popular. A posição privilegiada que conseguiu nestas eleições aponta nesse sentido. Mas exactamente porque o PCP conseguiu concentrar em si a viragem à esquerda que se produziu nos últimos anos, os seus militantes e simpatizantes tornam-se mais vulneráveis perante uma política simultaneamente revolucionária e maleável das forças revolucionárias. Os votos na APU foram votos deitados na esperança de que o PCP fará uma política de oposição consequente à direita.

É se é verdade que o PCP tomará uma linguagem mais radical contra o governo de direita, não se deixando identificar com a oposição mascarada do PS, e fazendo tudo para não perder o apoio agora conseguido, os seus esforços lançar-se-ão na tentativa de fazer uma Frente Unida com os sectores «descontentes» do bloco burguês do 25 de Novembro, subordinando os objectivos próprios das massas populares à sua política de compromisso com a direita, tanto mais que esses sectores serão mais rapidamente afastados dos centros de decisão. Uma tal política equilibrada torna-se vulnerável perante as forças verdadeiramente revolucionárias, adeptas de uma oposição, assente na luta de massas radical, ao governo reaccionário. Uma tal política levará certamente a um maior recuo nas exigências que os revisionistas farão, tentando agrupar forças apenas em torno da defesa da Constituição, assente em compromissos, notoriamente impotente para resistir ao revanchismo da burguesia mais reaccionária. No extremo oposto a esta política deverão estar as forças revolucionárias, levantando as bandeiras da oposição sem tréguas à direita mobilizando as largas massas tanto para a luta diária em torno das suas reivindicações elementares, como fundamentalmente para a luta intransigente em defesa dos direitos políticos alcançados.

Tanto a política do PS como do PCP ao invés de romper o cerco que a burguesia fará ao proletariado, tentando-o isolar para depois o decapitar, só facilitará tal política. Em nome de uma política mais moderada e responsável, o proletariado ver-se-ia incapaz de resistir com eficácia à direita se se deixasse invadir pelo ambiente pequeno-burguês de cedência e do mal menor. E os sectores mais avançados e radicais tornar-se-iam um alvo fácil da reacção, impedidos que estariam de se fundir à grande maioria do povo português.

É urgente por isso, definir uma política revolucionária para os trabalhadores e o país que concentre em si simultaneamente, a capacidade de manter içadas as bandeiras da resistência popular e a habilidade de romper o cerco burguês e unir a massa de milhões que pertence ao campo popular.

É imperioso portanto sublinhar que se o PCP e o PS se mostram incapazes de encabeçar a resistência à direita, tal facto não é ainda tangível para as grandes massas, exigindo um esforço perseverante para a sua disputa, através da crítica constante ao caminho equilibrista dos seus dirigentes e das propostas de luta concretas, de plataformas de acordo, etc. Métodos estes que devem acompanhar e não substituir a própria experiência adquirida pelas massas durante o seu combate contra o inimigo principal — o bloco aliancista.

C — UMA POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA PARA OS TRABALHADORES E O PAÍS

1. *É preciso coesionar o campo revolucionário:* esta é a primeira exigência da situação actual.

Esta é uma imposição das próprias condições objectivas adentro do movimento revolucionário. Assim as eleições mostraram com nitidez dois indicadores importantes: de um lado que sectores populares situados mais à esquerda resistiram ao refluxo e à crise das organizações da esquerda revolucionária, de outro lado que estas não estiveram à altura da significativa viragem à esquerda do movimento de massas como o demonstra a influência que o voto útil teve nas eleições para as autarquias, aonde ficou à vista o trabalho real, profundo e capital que as organizações na verdade possuem. E tal era possível se o campo revolucionário estivesse coesionado e se se lançasse à conquista das largas massas.

Os quase 130 000 votos anti-reformistas na UDP representam que é possível constituir um exército político forte, com fisionomia própria, completamente independente e demarcado dos reformistas e revisionistas, que constitua a espinha dorsal do movimento de milhões que é preciso erguer. Mais: os resultados eleitorais da esquerda revolucionária (UDP) nestas intercalares revelaram a possibilidade de tal exército se fundir com o movimento de milhões sem se dissolver nele, sem fazer concessões à política reformista, sem abandonar as bandeiras políticas independentes disputando ao PCP a grande maré de viragem à esquerda, marcada ainda por preconceitos reformistas, registada nos últimos dois anos.

Porém a política que tem dominado esta área não o tem permitido, ou porque opta pelo sectarismo revolucionarista que se contenta com o pequeno movimento que consegue liderar, ou porque resvala para o reformismo pequeno-burguês que em nome do grande movimento que é preciso criar, pugna pela dissolução pura e simples do campo revolucionário dentro do campo vacilante, oscilante e fugidivo do reformismo social-democrata ou revisionista.

Nestas condições não é demais sublinhar que coesionar o campo revolucionário significa: fisionomia revolucionária própria, propaganda de massas contínua em favor da revolução e da ruptura com o actual caminho da política nacional, acção continuada de oposição sem tréguas à reacção burguesa e imperialista e demarcação constante da política reformista e vacilante dos dirigentes do PS e do PCP. Mas significa também: ser adepto incondicional das propostas tácticas que mobilizem milhões, compreender o período de refluxo e a correlação de forças existente para aproveitar contradições secundárias que favoreçam a acumulação e reagrupamento de forças e ainda utilizar as propostas, desafios e plataformas com os dirigentes reformistas no sentido de trazer as massas influenciadas por estes à luta aberta contra a reacção e o capital.

É debaixo desta perspectiva que a Conferência de Unidade Popular a realizar em breve se deve, em nosso entender, colocar. Trata-se por isso de afirmar uma *fisionomia própria* das correntes não reformistas do movimento operário e popular e de assim avançar para alternativas de massas audaciosas. Em todo o trabalho de unidade revolucionária que se coloca a partir do projecto de unidade popular é necessário não esquecer as experiências negativas passadas e colocar permanentemente o centro de gravidade da unidade não «em cima», apesar da sua necessidade e importância, mas fundamentalmente «por baixo» mobilizando as dezenas de milhares de potenciais activistas e tomar a sua

própria palavra nos destinos da alternativa da esquerda revolucionária em Portugal. É neste terreno que também a UDP se deve colocar como uma componente fundamental deste movimento. Importa por isso ultrapassar no seio da «Unidade Comunista» as tendências negativistas que consideram impossível desenvolver um trabalho sob uma perspectiva correcta, no seio da UDP; urge modificar rápida e radicalmente tais concepções e estilo de trabalho e dar a nossa participação esforçada em todos os níveis da organização para que através do exemplo e da luta contra o sectarismo, a massa de activistas saiba reconhecer aonde estão as posições correctas. Num e noutro lado, tanto na Unidade Popular, como na UDP, pugnaremos por esta política capaz de romper com a actual crise da esquerda revolucionária que a torna incapaz de coesionar o campo revolucionário.

2.º *É preciso criar uma grande torrente de união e luta popular contra a reacção e o capital:* esta é a segunda exigência da situação actual.

No domínio da propaganda geral, o centro deve ser a defesa do socialismo e da revolução proletária como o caminho aberto, ainda que cheio de tibiezas e ilusões com o 25 de Abril, e como única alternativa à crise irresolúvel do capitalismo português. A crise revolucionária deve ser recordada como a escola prática mais avançada de luta pelo socialismo que o proletariado tem. O socialismo é aquilo que foi timidamente iniciado com o 25 de Abril — ocupações de casas e herdades; nacionalizações, o controle operário, a repressão dos fascistas, os órgãos de vontade popular. O socialismo será possível se esse caminho for de novo reaberto, se não formos tão ingénuos em relação à hierarquia militarista, se as armas passarem para as mãos do povo, se um governo revolucionário for formado com uma política camponesa democrática.

Porém, hoje não é possível a luta imediata pelo poder proletário e pelo socialismo. Fazer da luta entre o 25 de Novembro e o 25 de Abril a tática para o momento actual, que é uma outra forma de dizer que a política tática para a actualidade é o «Fascismo ou Revolução», é cair no sectarismo mais tosco. Tal concepção leva à ilusão de que os campos da revolução e da contra-revolução estão alinhados, despreza a utilização das contradições secundárias — principalmente entre os inimigos —, obstrui a possibilidade de fazer alianças e manobras para mais facilmente ganhar as massas, dificulta as flexões táticas que permitam tirar proveito das contradições no seio do inimigo para paralisar a sua actividade, impede a acumulação de forças, preferindo seguir um caminho linear que não tem em conta os ziguezagues da situação, o que no seu conjunto causa prejuízos incalculáveis às massas populares.

Os objectivos de hoje são bem mais modestos do que aqueles que estavam na ordem do dia em pleno fluxo, aquando da grande maré montante do movimento. Hoje trata-se de entrar e derrotar a recuperação capitalista e imperialista e de desgastar, dividir e impedir a ofensiva do bloco mais reaccionário que se destacou do bloco burguês do 25 de Novembro. O que hoje está na ordem do dia é uma tática revolucionária para o refluxo, de defesa activa das principais trincheiras do movimento operário e popular e de acumulação e reagrupamento de forças.

Esses objectivos são possíveis de ser realizados, com a condição de se desenvolver um amplo movimento em torno das seguintes bandeira de luta:

— *defesa da Constituição contra a revisão anti-constitucional e a fascização:* aplicação da lei das organizações fascistas; liberdade de organização e manifestação, nomeadamente nos locais de trabalho; não à lei da defesa nacional de Loureiro dos Santos; fim à perseguição e saneamento dos militares de Abril — aplicação da lei da amnistia; não ao referendo anti-constitucional e à revisão fraudulenta da lei eleitoral; alto à repressão sobre os antifascistas; não à criação de uma nova polícia política.

— *melhoria das condições de vida dos trabalhadores das cidades e dos campos:* não à constituição das sociedades de investimento; não às indemnizações; aplicação do Serviço Nacional de Saúde; não à devolução das nacionalizadas aos monopólios e das intervencionadas aos patrões sabotadores; actualização e saída dos contratos colectivos de trabalho; não ao tecto salarial dos 20%; não ao aumento do custo de vida e das rendas de casa; medidas contra o desemprego e proibição dos despedimentos.

— *defesa da Reforma Agrária e das conquistas de Abril:* revogação da lei Barreto; crédito às UCPs e Cooperativas; contra as restrições à acção das CTs.

— *fim aos compromissos e dependência com o imperialismo:* não aos acordos com o FMI e o Banco Mundial; não à entrada de Portugal na CEE; desactivização da brigada da NATO; medidas enérgicas contra a chantagem independentista da FLA e FLAMA.

3. *É preciso avançar para um Bloco Democrático e Popular para derrotar o bloco reaccionário:* esta é a terceira exigência da situação actual.

A vitória da AD nas eleições impôs com urgência uma exigência nacional — a união da maioria do povo português em torno de um programa mínimo de luta frontal contra a direita que defenda a Constituição e as liberdades e que prepare a derrota do bloco da direita nas próximas eleições.

Programa assente nas energias e forças do movimento popular. As direcções do PS e do PC opor-se-ão a tal dinâmica, inclinadas como estão para uma oposição temporizadora e parlamentar. Mas esta é uma aspiração dos 3 milhões de portugueses que votaram à esquerda em 2 de Dezembro.

Por isso, sem abandonar as bandeiras revolucionárias de oposição sem tréguas à direita, as forças verdadeiramente revolucionárias e os comunistas em primeiro lugar devem pugnar por um tal bloco assente na base e na acção, construído a partir da vontade de unidade da maioria do povo português, não desprezando as proposições e os desafios às direcções do PS e do PCP para que se integrem nesse movimento.

Sabendo que é na medida que uma tal perspectiva — a criação do BDP, ganhe raízes bem fundas nas massas de milhões que os dirigentes destes partidos verão dificultada a sua acção sabotadora e divisionista dos esforços unitários, é para a criação de um movimento de opinião favorável a tal bloco que os esforços principais devem ser dedicados.



RESOLUÇÃO SOBRE O PROJECTO DE UNIDADE POPULAR

As enormes potencialidades revolucionárias de centenas de milhar de trabalhadores, que a política de viragem à direita, que desde o VI Governo provisório tem vindo a ser praticada, não conseguiu abafar a exigência de unidade firme e combativa dos revolucionários. A *unidade popular* que os segmentos mais combativos do movimento popular exigem, põe-se hoje ainda de forma mais necessária, quando urge dar combate à aliança reaccionária que acaba de vencer as recentes eleições. Batalhar para pôr de pé esta unidade popular que corresponde ao sentir e às exigências de milhares de trabalhadores, é hoje tarefa fundamental dos comunistas da «UC».

A Unidade Popular só se construirá verdadeiramente se forem corrigidos os erros do passado, vencidos os vícios persistentes que têm impedido a sua materialização, derrotadas as manobras que nela vêm apenas um instrumento da conjuntura, que desapparece ao primeiro sopro da luta de classes.

Por isso a unidade popular porque lutamos deve corresponder a uma *nova política* capaz de captar a simpatia de milhões; a uma *nova organização* estruturada aos diversos níveis sem afastar a enorme massa de simpatizantes; a uma *nova força* capaz de vencer a paralisia do movimento popular, defender o caminho aberto em Abril primeiro passo para o seu aprofundamento. A sua principal força encontra-se nos anseios e nas aspirações das centenas de milhar de explorados. Por isso, o principal aspecto é a organização pela base, por locais de trabalho, nas fábricas e UCPs, nos locais de habitação, nas aldeias, etc. É esta força viva, que tem condições para criar uma dinâmica unitária de base capaz de ultrapassar as manobras e os acordos de cúpula.

A unidade popular por que lutamos não se destina a intervir apenas nos próximos actos eleitorais. Para cumprir os seus objectivos de organizador e dirigente do campo popular, a Unidade Popular deve-se colocar objectivos mais vastos, tendo como meta os caminhos abertos em Abril, o Socialismo. Só assim a energia dos revolucionários será satisfeita, só assim a perspectiva do futuro iluminará os caminhos do presente.

É verdade que falta hoje o instrumento capaz de dar coesão e garantir durabilidade a uma tal unidade das forças mais combativas do movimento popular: o partido único da classe operária. Mas tal facto não nos deve impedir de, *desde hoje*, lutar pela construção da unidade popular, de forma estruturada, duradoura e tendo como meta o socialismo, ao mesmo tempo que, lutando pela reunificação dos comunistas, procuramos criar aquele instrumento.

A «FORÇA DE UNIDADE POPULAR»

A «Unidade Comunista» tem participado em diversas reuniões preparatórias com o objectivo de se avançar para o lançamento e constituição de uma «Força de Unidade Popular». Organização que, em nosso entender, pode e deve assumir suficiente credibilidade política para enfrentar com êxito a batalha eleitoral de 80 e influir de forma decisiva na alteração da situação política actual.

A «Unidade Comunista» considera que a edificação e consolidação de um projecto político deste tipo poderá constituir a alavanca indispensável para ultrapassar a actual crise da esquerda revolucionária derivada do capitulacionismo face à direita e do vanguardismo sectário. Com efeito, a «Força de Unidade Popular» em embrião poderá abrir campo a uma intervenção mais ampla e activa dos revolucionários nos problemas das massas, superando a ausência de vínculos em relação aos sectores mais significativos da sociedade portuguesa e possibilitando a participação combativa nos grandes confrontos de classe. Por outro lado, permitirá enquadrar sectores de vanguarda agora dispersos, desiludidos e descrentes no actual panorama da esquerda revolucionária.

A «Unidade Comunista» considera ainda que o aprofundamento consequente e revolucionário desta nova proposta política e organizativa, poderá e deverá conduzir à afirmação de uma alternativa sólida e coerente ao reformismo, podendo constituir um forte impulso no ressurgimento, das forças operárias e populares na cena política nacional.

A POLÍTICA DA NOVA «FORÇA DE UNIDADE POPULAR»

A «Unidade Comunista» pensa que a FUP deve definir à partida qual o campo social onde terá de incidir prioritariamente a sua acção política. A nossa organização entende que os sectores e camadas sociais que constituem a zona de influência potencial da FUP e consequentemente a quem o programa e a declaração de lançamento se devem dirigir são no essencial a classe operária, o campesinato pobre, os trabalhadores de serviços, a pequena burguesia das cidades e dos campos. Como a crise revolucionária mostrou, a única classe capaz de liderar este conjunto de forças e classes é a classe operária que, por isso, deve constituir a força fundamental da FUP. Em termos políticos esses sectores correspondem aos actuais eleitores da esquerda revolucionária e franjas substanciais da APU e do PS. Isto não significa que a FUP passe a ignorar os extractos populares que ainda são receptivos e enganados pela demagogia da aliança reaccionária.

Na abordagem dos referidos sectores, a FUP deverá articular harmoniosamente uma política revolucionária consequente com proposições políticas adequadas às conjunturas e tendo em conta o grau de maturação da consciência popular. Deverá pois, rejeitar quer as concepções sectárias e esquerdistas tendentes a adoptar propostas políticas «avançadas» desajustadas do movimento real, quer as concepções pretensamente «realistas» e «moderadas» que defendem o recuo permanente, sem trincheiras e resvalam no lodçal do reformismo.

Tendo como *alvo principal de ataque — a direita reaccionária no poder*, embora não conciliando com as forças eanistas, — a FUP apresentando-se claramente com uma força anti-capitalista, deve ser o mais genuíno depositário do 25 de Abril e das esperanças que nele depositaram os trabalhadores. Como tal deve fazer uma propaganda sistemática de combate ao 25 de Novembro e à política de direita o qual, tendo à sua frente Eanas, pôs em marcha. Deve responsabilizar o PS por essa política e estigmatizar o PC por poupá-la e tentar encobri-la dos ataques populares. Do ponto de vista da política prática, a FUP deve ajudar os sectores socialistas e democráticos a tirar as lições do seu envolvimento no 25 de Novembro mas, centrando todas as opções actuais na defesa e aplicação da Constituição, baluarte táctico fundamental que deve ser o eixo da política prática da FUP.

O programa da FUP deve consubstanciar uma perspectiva revolucionária anti-capitalista que aponte para o derrube do capitalismo e para o aprofundamento dos caminhos abertos pelas massas populares depois de Abril, o socialismo e a sociedade sem classes, fazendo ressaltar o seu carácter simultaneamente popular, democrático e de massas.

POPULAR — na medida em que deve ser essencialmente virado para a resolução dos problemas concretos das massas e apostar na sua participação e mobilização activa.

DEMOCRÁTICO — porque deve assentar o eixo fundamental da sua táctica na defesa e aplicação integral da Constituição (e das conquistas populares nela consagradas), afirmando-se como um projecto amplo e unitário de resistência e combate ao bloco aliancista reaccionário.

MASSAS — na medida em que deve demonstrar que não pode haver qualquer transformação qualitativa nem alteração da correlação de forças que não tenha de assentar na luta e movimentação das massas populares.

Relativamente aos partidos da esquerda reformista, a FUP deve seguir uma política de unidade e luta. Deve surgir com uma política autónoma e de mudança, criticando sem timidez a política reformista, não deixando no entanto de apelar à acção comum. O objectivo essencial é fazer accionar o movimento por baixo.

É assim que a FUP deve avançar na proposta dum bloco democrático e popular, assente num programa mínimo de luta frontal contra a direita, que defenda a Constituição e as liberdades e que prepare a derrota do bloco de direita nas próximas eleições.

Programa assente nas energias e forças do movimento popular, as direcções do PS e do PC opor-se-ão a tal dinâmica, inclinadas como estão para a oposição contemporizadora e parlamentar. Mas esta é uma aspiração de 3 milhões de portugueses que votaram à esquerda em 2 de Dezembro.

Por isso, a FUP, sem abandonar as bandeiras revolucionárias de oposição sem tréguas à direita, deve pugnar por um tal bloco, assente na base e na acção, constituído a partir da vontade de unidade da maioria do povo português, não desprezando as propostas e os desafios às direcções do PS e do PC para integrarem esse movimento.

Sem espalhar ilusões sobre o papel do parlamento na resolução dos problemas populares, tendo sempre em conta que, em democracia burguesa aquele é sempre instrumento de dominação da burguesia, a FUP deve ter uma actuação pela positiva no parlamento assumindo uma posição realista face à acção legislativa, sabendo utilizá-lo como um factor de dinamização, ampliação e radicalização da luta de massas e não como um fim em si mesmo. A FUP deve ser a mais consequente lutadora por reformas. O processo está em não permitir que nenhuma reforma impeça o desenvolvimento independente da luta de massas e que, pelo contrário, o estimule.

No que respeita ao problema sindical, criticando severamente o controlismo e mesmo o sectarismo que o PC faz pesar sobre a CGTP, colocando esta a reboque da política conciliadora e reformista capitulacionista, que é a sua, a FUP será no entanto intransigente defensora da CGTP enquanto única central sindical representativa, movendo um combate sistemático contra a fantochada capitalista da UGT. Na acção concreta, podem e devem utilizar-se todos os procedimentos tácticos necessários para não hostilizar a base da UGT, mas não seria admissível utilizar esse argumento para definir uma linha geral de reconhecimento das duas centrais. Não se deve confundir a situação portuguesa (em que só a CGTP tem expressão no movimento operário) com certas situações da Europa em que várias centrais disputam efectivamente e representam parcialmente o movimento operário.

Na luta pela defesa da independência nacional, a FUP deve seguir uma política independente e de não alinhamento em oposição à política de hegemonia e guerra dos dois blocos políticos, económicos e militares comandados pelas duas superpotências. É neste contexto que a FUP deve declarar abertamente a sua total oposição à permanência de Portugal na NATO bem como à sua integração no Mercado Comum. Nesta perspectiva deve condenar o carácter belicista da NATO e a ameaça permanente de intervenção militar no nosso país, tal como deve condenar todas as intervenções militares do imperialismo, tais como as dos EUA, da França em África e da Rússia no Afeganistão, denunciando igualmente a progressiva hipoteca e controle das multinacionais sobre Portugal que se intensificará com a adesão à CEE, assim como o domínio do FMI sobre a economia portuguesa.

A NOSSA POSIÇÃO FACE À CONFERÊNCIA NACIONAL DA FUP

Na preparação da Conferência Nacional que irá dar fisionomia à nova «Força de Unidade Popular» devem orientar-nos três preocupações fundamentais.

A primeira diz respeito à *Plataforma Política* que servirá de base ao acordo a concretizar entre todas as organizações e personalidades apoiantes deste projecto. Face às diferentes concepções sobre a unidade popular torna-se imprescindível uma actuação pragmática preservando contudo o carácter revolucionário da plataforma.

A segunda preocupação refere-se ao *trabalho de massas*, único alicerce sólido para o esforço unitário, único motor de um trabalho sério e consequente de unidade popular.

A terceira prende-se com a *configuração e autonomia* organizativa desta nova «Força de Unidade Popular». Afigura-se absolutamente indispensável que no mais curto espaço de tempo esta nova organização se amplie, ultrapassando o simplesomatório das organizações revolucionárias que a apoiam e que por consequência se distancia destas; que despolette por todo o país um processo de formação de comissões de unidade popular possibilitando a criação de uma estrutura autónoma; que possibilite a eleição democrática dos órgãos directivos de baixo para cima, fugindo assim à hegemonia administrativa ou à tutela de qualquer personalidade, por mais significativa e representativa que ela seja.

Para tal urge desencadear e desenvolver um dinâmica unitária de base na perspectiva de configurar nos principais centros da luta de classes a nova «Força de Unidade Popular». Esta dinâmica deve assentar no desenvolvimento das mais variadas ini-

ciativas que respondam às necessidades reais do movimento de massas e que permitam ultrapassar o mero trabalho eleitoral.

No entanto, parece pouco razoável que no reduzido prazo de três meses seja possível suportar significativamente o actual quadro da esquerda revolucionária. Assim sendo, consideramos que não é legítimo encarar a realização desta Conferência Nacional como uma «conferência» normal de uma organização já estruturada e com implantação efectiva nas amplas massas populares. Partindo da constatação desta realidade pensamos ser aconselhável a materialização de um acordo prévio entre as organizações e personalidades promotoras. Este acordo político deve abarcar as seguintes questões fundamentais:

- 1.º Concretização de uma Plataforma Eleitoral que englobe os objectivos da campanha e do programa eleitoral; designação dos principais candidatos, critérios e formas de constituição das listas; estruturas centrais e regionais de direcção da campanha eleitoral; actuação do grupo parlamentar.
- 2.º Definição da natureza e características principais da FUP.
- 3.º Definição dos critérios de eleição dos seus órgãos de direcção.

Em suma, a «Unidade Comunista» encara esta Conferência Nacional não apenas como o ponto de partida duma intervenção eleitoral popular, mas também como ponto de chegada de um movimento já iniciado, autónomo e distante na fisionomia e na política daquilo que é hoje a esquerda revolucionária.

A ACÇÃO DOS COMUNISTAS DA «UC» NA FUP

Tendo como ponto de partida a perspectiva que nos guia para a construção da Unidade Popular, a Conferência Nacional define como objectivos essenciais de trabalho dos comunistas da «UC» na FUP, os seguintes:

- Consolidar, desenvolver e alargar o trabalho nas zonas, sectores e locais onde já gozemos de real influência, tendo como ponto de partida que o essencial do nosso trabalho na FUP deve ser o trabalho na base, lançando-nos, desde logo, no *lançamento das CUPs*.
- Apoiar e enraizar a imprensa democrática revolucionária ao serviço da Unidade Popular.
- Mantermos a posição que, de direito, já alcançamos, nos contactos e reuniões com as outras forças apoiantes do lançamento da FUP. A nossa acção não se realiza, no essencial, na cúpula, nem a atitude dos comunistas da «UC» pode ser de expectativa. No entanto, enquanto durarem as actuais debilidades, enquanto a FUP não se estruturar como uma nova força política, não deixaremos de lutar para que a FUP adopte as posições e a política que melhor sirva a unidade das forças populares.

A FUP E A REUNIFICAÇÃO DOS COMUNISTAS

O objectivo estratégico da «UC» da reunificação dos comunistas, ganha maior acuidade no trabalho na FUP. É lá que se realiza um trabalho, de massas, conjunto com os militantes do PCP(R). É neste trabalho político e revolucionário de massas, que devem ser confrontadas as «nuances», as alternativas, as diferentes maneiras de abordar o movimento de massas.

É de deste confronto que podem ser ganhas as forças proletárias e revolucionárias para o desencadear duma dinâmica que conduza à reunificação dos comunistas e ao isolamento das posições grupistas ou direitistas.

Assim se liga o objectivo principal dos comunistas da «UC» — a reunificação dos comunistas — com a tarefa principal no movimento revolucionário de massas — a construção da Unidade Popular. Eles estão intimamente ligados, são duas componentes do movimento que não se pode desenvolver separadamente.

MOÇÃO SOBRE O TRABALHO DOS COMUNISTAS DA «UC» NA UDP

1 — O trabalho dos comunistas da «UC» na UDP foi marcado por dois aspectos contraditórios: por um lado, ao nível das decisões e das directivas sempre se defendeu a continuação do trabalho na UDP. Por outro lado, ao nível prático, assistiu-se a um afastamento progressivo dos militantes da «UC» da UDP. As concepções que presidiram a este afastamento não se manifestaram apenas na base mas também na DNP.

Hoje, se a questão não se coloca exactamente nos mesmos termos em que se colocava na altura da cisão, em virtude da possibilidade de constituição da «Força de Unidade Popular» para a qual os comunistas da «UC» *voltam o essencial* dos seus esforços, *deve* continuar a defender-se o *trabalho efectivo* e não apenas em palavras na UDP nos locais em que esta exista efectivamente, desenvolva trabalho de massas e em que os esforços para o levantamento da Unidade Popular não suplante, desde já, o trabalho na UDP e nas suas diversas estruturas.

2 — O trabalho na UDP nos locais onde esta desenvolve trabalho de massas, é justificado quer pelo objectivo central da reunificação dos comunistas, quer pelo facto de, apesar das insuficiências enormes, resultado da política sectária e vanguardista da direcção do PCP(R), a UDP constituir *hoje* a única organização com uma real implantação nas massas populares e nestas condições constituir um bloco essencial do campo popular, que é indispensável trazer para a «Força de Unidade Popular».

3 — O nosso trabalho na UDP tem como objectivo central virar esta para o trabalho da Unidade Popular, num trabalho político revolucionário de massas, que abranja sectores muito mais vastos do que aqueles que hoje são abrangidos, ao menos eleitoralmente pela UDP. A tendência será a ultrapassagem desta à medida que a «Força de Unidade Popular» se for dotando de estruturas consolidadas e duráveis.

4 — Mas o nosso trabalho tem ainda como objectivos imediatos, a nossa participação no Congresso a realizar em fins de Março. Esta participação deve ser guiada pelos seguintes objectivos:

- Luta pela viragem dos esforços da UDP para a participação na construção da «Força de Unidade Popular», segundo as perspectivas que defendemos para esta.
- Combate ao sectarismo e ao vanguardismo do PCP(R), defesa de uma política revolucionária de massas que tenha em conta a correlação de forças e o estado de maturidade da consciência popular.
- Defesa da democracia interna da UDP e apoio à Voz do Povo.

Apesar da previsível sectarização da UDP face aos militantes da «UC», a nossa participação deve fugir a essa sectarização, recusando a discussão inútil sobre questões gerais, colocando esta no terreno do trabalho político de massas, na positiva em vez de na negativa.

6 — A nossa participação nas estruturas da UDP, face ao que atrás se disse, não se coloca de forma abstracta, mas principalmente no concreto da discussão e planificação do trabalho a desenvolver nas CUPs (Comissões de Unidade Popular).